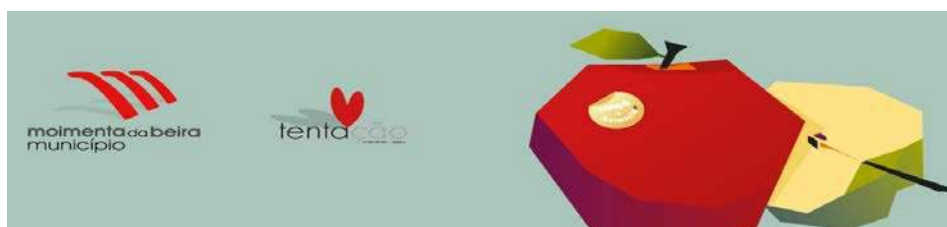




PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016





NOTA PRÉVIA

*“Nem tudo o que pode ser contado conta, e nem tudo o que conta pode ser contado.
Dificuldades e obstáculos são fontes valiosas de saúde e força para qualquer sociedade.
A palavra progresso não terá qualquer sentido enquanto houver crianças infelizes.”*

(Albert Einstein)

Município de Moimenta da Beira





ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	2
I – APRESENTAÇÃO	5
II – INTRODUÇÃO	24
III – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	28
IV – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	30
4.1 – CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA.....	30
4.1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	36
RECEITAS CORRENTES.....	38
RECEITAS DE CAPITAL	48
ORÇAMENTO GLOBAL DA RECEITA VS EXECUÇÃO GLOBAL.....	51
COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DA RECEITA NOS ANOS ANTERIORES	53
EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO.....	53
RÁCIOS DA ESTRUTURA DA RECEITA	54
4.1.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	56
DESPESAS CORRENTES.....	58
DESPESAS COM PESSOAL.....	60
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES	62
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	66
JUROS E OUTROS ENCARGOS	69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	69
DESPESA DE CAPITAL	71
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	73
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	74
ATIVOS FINANCEIROS	75
PASSIVOS FINANCEIROS	76
RÁCIOS DA ESTRUTURA DA DESPESA	80
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	81
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	83
FUNÇÕES SOCIAIS	84
FUNÇÕES ECONÓMICAS	84
FUNÇÕES GERAIS.....	84
PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL	85





ORÇAMENTO GLOBAL DA DESPESA VS EXECUÇÃO GLOBAL.....	88
COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DA DESPESA NOS ANOS ANTERIORES	89
V – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	91
5.1. ANÁLISE DO BALANÇO	95
ATIVO	97
FUNDOS PRÓPRIOS.....	98
PASSIVO	98
EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	101
5.2 – ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	105
5.3 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	107
5.4 – PERÍODO SUBSEQUENTE	107
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	109
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	134
RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO.....	136





RELATÓRIO DE GESTÃO

I – APRESENTAÇÃO

Exmos. Senhores

Digníssimos Vereadores da Câmara Municipal de Moimenta da Beira

Digníssimos Membros da Assembleia Municipal

No cumprimento da alínea j) do n.º1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetem-se à aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas do exercício de 2016, constituídos por:

- ✓ Relatório de Gestão;
- ✓ Execução Orçamental da Receita;
- ✓ Execução Orçamental da Despesa;
- ✓ Execução das Grandes Opções do Plano;
- ✓ Execução do Plano Plurianual de Investimentos;
- ✓ Execução do Plano de Atividades Municipal;
- ✓ Balanço;
- ✓ Demonstração de Resultados;
- ✓ Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados;
- ✓ Certificação Legal de Contas;
- ✓ Relatório e Parecer do Auditor Externo;
- ✓ Outros Documentos.

Para que possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei.

Município de Moimenta da Beira





Nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), propõe-se que o resultado líquido de 1.711.982,09 euros apurado no exercício de 2016, tenha a seguinte aplicação:

- ✓ Reservas Legais: 85.599,10 euros (5%)
- ✓ Resultados Transitados: 1.626.382,99 euros (95%).





MENSAGEM DO PRESIDENTE

Na vida das organizações, os documentos de prestação de contas são uma ferramenta de gestão fundamental, não apenas para avaliar o desempenho económico e financeiro e respetiva evolução, mas também para aferir a consistência e a fiabilidade dos instrumentos de planeamento subjacentes à atividade desenvolvida.

Sendo certo que a boa gestão depende em larga medida da assertividade e do adequado enquadramento da planificação prévia dos investimentos e das ações que se pretendem levar a cabo durante um determinado exercício económico, é a avaliação do grau de execução das propostas enunciadas e dos eventuais desvios que permite perceber em que termos os níveis de eficiência e eficácia concorrem para alcançar os objetivos estabelecidos.

Acresce que se este pressuposto é válido para os agentes económicos de caráter empresarial, ele adquire especial subtileza no caso de entidades públicas que têm como atribuições fomentar o desenvolvimento económico, elevar padrões de qualidade de vida e promover a coesão social das comunidades que representam e dispõem para o efeito de recursos financeiros para o exercício de competências específicas nesses e noutros domínios. Ou seja, a elaboração dos documentos de prestação de contas dessas entidades deve cumprir maiores exigências, no sentido em que, estando em causa o interesse público, deve facilitar aos cidadãos um escrutínio tão amplo quanto possível dos resultados das opções tomadas e das políticas empreendidas, até para poderem constituir bases de legítimas alterações.

Na prestação de contas de 2016 é visível essa preocupação de fundo, quer pelo rigor com que são apresentados os indicadores (sejam favoráveis ou não), quer pela clareza da fundamentação técnica utilizada na análise desses elementos. Mais uma vez houve o

Município de Moimenta da Beira





cuidado de tornar tão acessível quanto possível a leitura da evolução dos rácios económicos e financeiros da Autarquia, facultando o conhecimento circunstanciado do modo como foram aplicados os recursos públicos, o que de resto constitui uma obrigação do executivo camarário perante a comunidade que representa.

Em todo o caso, tão importante como o rigor formal dos documentos que a seguir se apresentam é a sua substância. E quanto a isso, os resultados de 2016 estão em linha com a tendência positiva que tem vindo a registar-se nos últimos anos, o que, sendo sintomático de que a gestão camarária tem obedecido a uma lógica de consolidação e sustentabilidade, adquire ainda maior expressão face ao apreciável nível de atividade desenvolvida pela autarquia numa conjuntura em que o país foi obrigado a sujeitar-se a políticas de ajustamento particularmente restritivas e duras.

A prestação das contas do ano de 2016, que agora se apresentam serão as últimas da responsabilidade do atual órgão executivo municipal, cujo mandato se iniciou em 2013.

Construído em torno dos grandes objetivos estipulados para o mandato sufragado em setembro de 2013 pelos Moimentenses, é também consequência direta de um trabalho de auscultação da sociedade ao longo dos últimos anos e de múltiplos contributos, de origens diversas, e da condição de contexto da realidade do Concelho, da Região e do País.

Todos os detalhes dessa realidade estão explanados nas páginas que se seguem, mas entretanto, salientamos que faz sentido relevar os dados relativos a alguns indicadores, a começar pela redução do passivo em 1.162.820,70 euros correspondente a 12,7% face ao ano anterior, que reflete bem o caráter estruturante das medidas adotadas nesse sentido. Mais ainda se recuarmos e compararmos com o final do ano 2009 (início da atual Presidência), em que a redução do passivo ascende a 5.396.482,72 euros ou seja uma redução de 40%.

Grande significado tem também a poupança corrente, traduzida na libertação de 2.791.793.98 euros para financiamento de despesas de capital (investimento), comprovando assim um efetivo controlo orçamental.





Alguns dos indicadores da prestação de contas poderiam ser melhorados caso o Município tivesse utilizado o saldo que transita para a gerência do ano 2017, no valor de 603.644,12 euros, e dos quais 503.410,86 euros correspondem à execução orçamental. O montante em causa passou nas contas bancárias à ordem do Município.

Queremos também destacar resultados líquidos do exercício, que ascenderam a 1.711.982,09 euros, valor que decorre das políticas de rigor, equilíbrio e consolidação das contas do Município, reforçando as condições para enfrentar com confiança os novos desafios que se perspetivam.

A nota final é para agradecer e registar o envolvimento de todas as organizações Moimentenses, públicas e privadas, das mais diversas naturezas e com distintos fins, mas que foram capazes de trilhar em conjunto um caminho comum, condição sem a qual o esforço de qualquer uma delas, por mais importante que fosse, seria certamente inglório. É esta liberdade, autonomia e responsabilidade a nossa maior garantia de sucesso.

No dia 17 de dezembro de 2016, comemorámos os 40 Anos do Poder Local Democrático no Concelho de Moimenta da Beira.

Ao fazermos uma retrospectiva, constatamos que *“difícilmente seria possível, há quarenta anos, imaginar os objetivos cumpridos, os progressos feitos e onde nos encontramos hoje. Não apenas ao nível das infraestruturas, que eram quase inexistentes, mas também quanto à educação, saúde, à ação social, à promoção do homem na sua integridade, em suma, às oportunidades cada vez maiores e, muito especialmente, cada vez mais igualmente acessíveis a um número cada vez maior de cidadãos”*.

“A Democracia e a Liberdade permitiram-nos esta construção fantástica que é uma sociedade responsável pelo seu próprio destino, respeitando o passado, mas olhando sempre em frente”. [vide 40 anos Poder Local Democrático 1976-2016, Edições Esgotadas]

Município de Moimenta da Beira





Moimenta da Beira, 07 de Abril de 2017

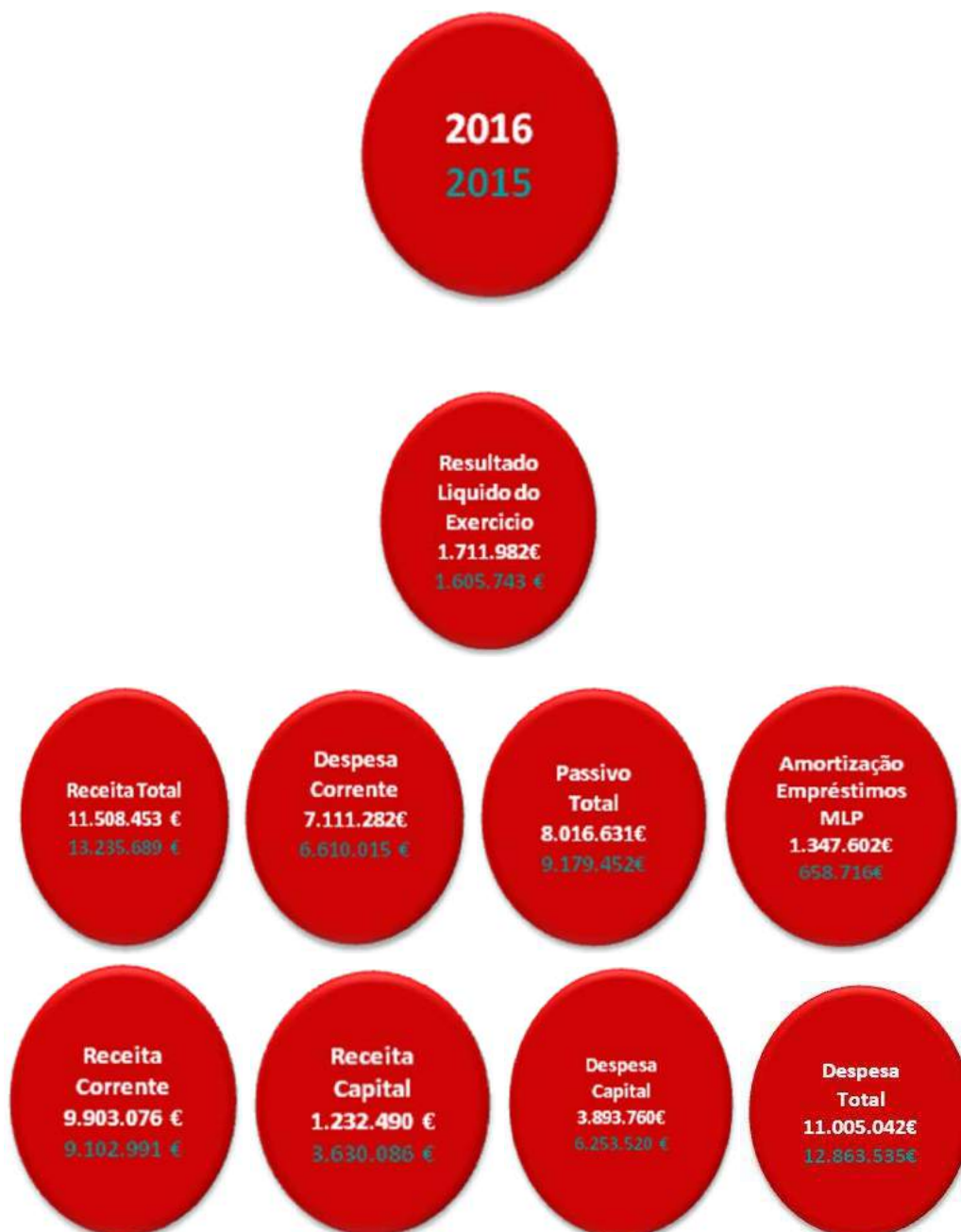
O Presidente da Câmara Municipal

José Eduardo Lopes Ferreira

Município de Moimenta da Beira



ALGUNS INDICADORES DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS



Município de Moimenta da Beira





- ✓ Em 2016, realizou-se a 5.ª edição da Expodemo, organizada pelo Município, nos dias 16, a 18 de setembro. Neste evento participaram cerca de 140 entidades entre

empresas, instituições públicas, instituições escolares, educacionais e formativas e Instituições Particulares de Solidariedade Social. Com destaque para a abertura a participantes internacionais designadamente de Espanha.

- ✓ Balcão Único: Desde o dia 01 de fevereiro de 2016, que os Serviços de Atendimento do Município de Moimenta estão a funcionar no Balcão Único, nas novas instalações municipais.
- ✓ Procedeu-se à renovação do website autárquico, tendo sido introduzidas alterações ao nível da imagem e da estrutura de informação, objetivando transmitir maior modernidade e dinamismo e tornar o site mais operacional.
- ✓ Continuou-se a aposta na desmaterialização de processos e otimização de recursos. Incentivou-se a desmaterialização documental como meio imprescindível ao bom desempenho de uma instituição e um reflexo da sua organização interna que permite simplificar os circuitos de tratamento, circulação, consulta e arquivo de documentação.
- ✓ Dotou-se o município de equipamentos de suporte às aplicações com condições crescentes para basear o funcionamento num sistema eminentemente desmaterializado.
- ✓ Continuámos a investir na melhoria da qualidade de vida dos mais carenciados e desfavorecidos, através do apoio aos equipamentos sociais, ao apoio à educação e ação social
- ✓ Os apoios sociais escolares assumem uma grande importância e ajuda para as famílias, pelo que foi garantido o apoio na aquisição dos manuais escolares, transportes e alimentação para todos os alunos carenciados enquadrados no escalão 1 e a redução de 50% para os alunos do escalão 2, do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.



- ✓ Investimos na cultura como pilar de desenvolvimento da sociedade, contribuindo para que Moimenta seja um território mais cultural, com coletividades e cidadãos dinâmicos e proactivos.
- ✓ No desporto, continuamos a apoiar as instituições e coletividades desportivas, representando um valor acrescentado para a promoção da educação, saúde, o bem-estar das famílias e dinamização dos equipamentos desportivos.
- ✓ Consideramos o desenvolvimento económico e a competitividade um pilar estratégico na afirmação de Moimenta no contexto regional e Nacional, pelo que desenvolvemos várias ações e contactos inerentes às nossas empresas, quer na promoção empresarial quer turística;
- ✓ Procedemos ao acompanhamento direto e de forma contínua dos investidores que manifestaram e manifestam interesse no nosso território para os seus negócios, num trabalho contínuo, traduzindo-se na atração de novas empresas para o Parque Industrial.
- ✓ Mantivemos a presença do Município na maior feira de turismo nacional (BTL) com o intuito de divulgar e promover os nossos produtos e as nossas empresas.
- ✓ Cumprimos integralmente com o pagamento dos acordos extrajudiciais e as decisões judiciais resultantes de novas sentenças. Desde o ano 2010 o Município já procedeu ao pagamento global de 1.953.433,56 euros.
- ✓ Mantivemos o rigor, a contenção e a disciplina orçamental, garantindo a sustentabilidade e equilíbrio das contas municipais, com diminuição gradual do endividamento e pagamento aos fornecedores em tempo útil, contribuindo para a recuperação da economia local.





DADOS RELATIVOS A ATIVIDADES DE EXTENSÃO CULTURAL

Exposições na Biblioteca

- ✓ “Olhar Feminino sobre as Mulheres do Sahar Ocidental” – Exposição fotográfica de Helena Costa e Inês Seixas;
- ✓ “Relógios de Sol” de Pedro Gomes de Almeida;
- ✓ “Interior inconstante da Maça” - Pinturas de Arnaldo Macedo
- ✓ Exposição de fotografia dos Presidentes da Câmara Municipal de Moimenta

Lançamentos de livros

- ✓ Lançamento do Livro "O Dia dos Milagres" de Francisco Moita Flores (Auditório da BMAR)
- ✓ Lançamento do Livro "Sete Concelhos, Um Território – Fundação Aquilino Ribeiro - Soutosa
- ✓ Lançamento do Livro “Amor, Respeito, Responsabilidade e Fé” de Irene Veiga – Auditório da BMAR
- ✓ Lançamento do Livro “Palavras e pensamentos soltos ou outras formas de nave(g)ar”, de Ondina Freixo -Auditório da BMAR
- ✓ Lançamento do Livro “Escritores a Norte – Vidas com Obra em Casas d’Escritas” da Direção Regional de Cultura do Norte – Auditório dos Baldios - Soutosa
- ✓ Lançamento do Livro “40 anos de Poder Local Democrático 1976/2016 – 40 anos de Democracia, Liberdade e Desenvolvimento no Concelho de Moimenta da Beira” de Jaime Ricardo Gouveia – Auditório do Padre Bento da Guia

Conferências

- ✓ Comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios

Município de Moimenta da Beira



- ✓ Comemorações do 25 de Abril
- ✓ II Jornadas de Urologia das Terras do Demo
- ✓ V Jornadas Agro-Frutícolas - Eng. Cartageno Ferreira – Expodemo
- ✓ Comemorações dos “40 anos do Poder Local Democrático em Moimenta da Beira”

Outros Eventos

- ✓ Inauguração da Bebeteca do Demo - Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro de Moimenta da Beira
- ✓ Bebeteca para bebés – Pequenos piratas (Gira Sol Azul)
- ✓ Bebeteca para pais – Desenvolvimento cognitivo dos 0 aos 24 meses
- ✓ Bebeteca para pais - Importância da amamentação/alimentação no 1º ano de vida
- ✓ Bebeteca para bebés – E porque é dia do pai / Sessão fotográfica especial bebé
- ✓ Bebeteca para bebés – Concerto: Paisagens sonoras
- ✓ Bebeteca para pais – Acidentes domésticos mais frequentes/Como prevenir
- ✓ Bebeteca para pais – Suporte básico de vida/Desobstrução da via aérea
- ✓ Bebeteca para bebés – Natação para bebés
- ✓ Bebeteca para bebés – Massagem para bebés
- ✓ Bebeteca para pais – A cadeirinha mais adequada à idade da criança/ O perigos da internet
- ✓ Bebeteca para bebés – “Pouca Terra” Etctera Associação Artística

Espetáculos e Outros

- ✓ Noite de Fados “Fado Vadio”
- ✓ Orquestra “Cem Notas” – Música Clássica/Fado
- ✓ Espectáculo “Filofobia” – dança flamenca – Expodemo
- ✓ Concerto “Vitorino+ grupo coral os Camponeses de Pias” (Expodemo)
- ✓ Espectáculo “A velha Ampulheta” – teatro e dança (Expodemo)

Município de Moimenta da Beira



- ✓ Festival de Acordeão Victor Ferreira – Expodemo
- ✓ Animação de Rua com as “Marias Malucas” – Expodemo
- ✓ Animação de Rua “Ilusionismo, artes circenses e Estátuas vivas” – Expodemo
- ✓ Espectáculo “Apoteose” – Expodemo
- ✓ Dj’s “Apple Party” – Expodemo
- ✓ “Guitar Sounds” – Expodemo
- ✓ Somos Portugal – Expodemo
- ✓ Espetáculo “Orquestra sem Notas” – Frente ao convento
- ✓ Grupo de Cantares da Autarquia – Expodemo
- ✓ Showcooking “Chef. Paulo Cardoso, chef. Guerra Fernandese chef, Machado ” – Expodemo
- ✓ Pintura de Rua “Daniel Eime”- Expodemo
- ✓ Prova de Vinhos Távora-Varosa, Dão e Douro – Expodemo
- ✓ Prova de Maças – Expodemo
- ✓ Mega-Treino de Karaté – Expodemo
- ✓ Feira de S. Francisco
- ✓ Queima do Velho
- ✓ Festival das “Serranias” - Soutosa
- ✓ Festa das Colheitas – Vila da Rua

Encontros com escritores, outras personalidades

- ✓ Amândio Torres (Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)
- ✓ Helena Mesquita Ribeiro (Secretária de Estado da Justiça)
- ✓ Manuel Cardoso (Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte)
- ✓ Deputados eleitos pelo Circulo Eleitoral de Viseu, por todos os Partidos Políticos
- ✓ Helena Freitas (Unidade de Missão para a Valorização do Interior)
- ✓ Francisco Moita Flores (Apresentação do livro “O Dia dos Milagres”)

Município de Moimenta da Beira



Concertos Musicais

- ✓ Concerto Orquestra Sinfónica e de Sopros nos Arcozelos
- ✓ Concerto das Vindimas na Vila da Rua
- ✓ Concerto de Natal e Fim de Ano nos Arcozelos
- ✓ Entradas/passagens na Biblioteca Aquilino Ribeiro – 32.321
- ✓ Visitas Guiadas; 13 com um total 360 participantes.
- ✓ Utilização do Auditório Afonso Ribeiro; 23 pedidos/dia com um total de 664 participantes

EVENTOS DESPORTIVOS

- ✓ Férias Desportivas – Períodos: Natal, Páscoa e Verão;
- ✓ Festands – Encontros de Andebol com crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico;
- ✓ Organização do Encontro Regional Andebol de Relva;
- ✓ Comemoração do Dia Internacional da Juventude;
- ✓ VII Sarau Desportivo – 8 de maio de 2016;
- ✓ Torneio de Boccia Sénior com as instituições do concelho;
- ✓ Caminhada Dia da Mulher – 12 de março de 2016;
- ✓ II Gala do Desporto – 19 março de 2016;
- ✓ Sessões de fitness ao ar livre – Julho/Agosto de 2016;
- ✓ Participação da Escola de Natação no Torneio Afonso Saldanha – 15/16;
- ✓ Comemoração do Dia Mundial da Criança – 1 de Junho de 2016.
- ✓ I Torneio Internacional de Andebol Terras do Demo
- ✓ Colóquio “Desporto sem contras” – com a presença do selecionador nacional de andebol

Município de Moimenta da Beira



APOIO TÉCNICO AO ASSOCIATIVISMO CULTURAL E DESPORTIVO

- ✓ Desenvolvimento do Projeto Desporto na 3ª Idade, de desenvolvimento de atividades físicas com os idosos das IPSS's Concelhias;
- ✓ Projeto Verão Ativo na 3ª Idade;
- ✓ Apoio logístico aos eventos desenvolvidos pelas instituições.

UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

PISCINA MUNICIPAL

- ✓ Número de utilizadores – entradas – 18.299

PAVILHÃO MUNICIPAL

- ✓ Número de Utilizadores - 19943

EVENTOS DE CARIZ SOCIAL EM PARCERIA

- ✓ Comemoração do dia da Amnistia Internacional;
- ✓ Comemoração do Dia Mundial da Diabetes;
- ✓ Carnaval do Idoso;
- ✓ Convívio Sénior na Praia Fluvial de Segões;
- ✓ Sessões de sensibilização para o Voluntariado;
- ✓ Comemoração Dia Internacional do Voluntariado;
- ✓ Comemoração do Mês da Prevenção dos Maus-tratos na Infância;
- ✓ Campanha Solidária de recolha de alimentos (274 beneficiários);
- ✓ Apoio ao transporte de alimentos no âmbito dos programas do Banco Alimentar;
- ✓ Operacionalização da Loja Social;
- ✓ Apoio ao preenchimento da declaração de IRS;

Município de Moimenta da Beira



- ✓ Apoio às candidaturas ao Programa Porta 65 jovem;
- ✓ Campanha de recolha de bens usados e distribuição por famílias carenciadas;
- ✓ Organização das VI Jornadas da Cidadania em Ação.

AÇÃO SOCIAL

- ✓ Dinamização e Funcionamento da CPCJ (acompanhamento de processos; realização de reuniões com carácter quinzenal; realização de atendimentos e acompanhamentos domiciliários);
- ✓ Parceria com o Núcleo Local de Inserção (acompanhamento processual, realização de atendimentos e visitas domiciliárias, reuniões de carácter mensal);
- ✓ Parceria com a RLIS Moimenta da Beira e com a equipa SAAS;
- ✓ Parceria com a equipa do Protocolo RSI;
- ✓ Dinamização do Programa Rede Social;
- ✓ Cedência ou aluguer de palcos para festas populares e romarias, instalações elétricas e transportes.
- ✓ Colaboração no preenchimento das Declarações de IRS, através de atendimento de um Técnico num Gabinete do Município, e deslocação de outro Técnico às diferentes freguesias

HABITAÇÃO/ AÇÃO SOCIAL

- ✓ Apoio à melhoria habitacional – visitas domiciliárias de avaliação para constituição do processo; fornecimento de material, mão-de-obra e apoio técnico/especializado;
- ✓ Acompanhamento de 38 processos de habitação social – acompanhamento processual e realização de obras de manutenção.



EDUCAÇÃO/ AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

- Atribuição de Auxílios Económicos Escolares – Ensino Pré-escolar (refeição e prolongamento de horário)

	ANO LETIVO 2013/2014	ANO LETIVO 2014/2015	ANO LETIVO 2015/2016
N.º de Escolas	10	4	3
N.º de Turmas	12	12	6
N.º de Alunos	164	163	111
	438		

- ✓ Atribuição de Auxílios Económicos Escolares – Ensino Básico 1º Ciclo (refeição, prolongamento e material escolar)

	ANO LETIVO 2013/2014	ANO LETIVO 2014/2015	ANO LETIVO 2015/2016
N.º de Escolas	9	4	3
N.º de Alunos	346	336	314
N.º de Pedidos	Escalão A – 132; Escalão B – 59	Escalão A – 126 Escalão B – 57	Escalão A – 112 Escalão B – 56
	191	183	168

- ✓ Organização e Comparticipação nos Transportes Escolares (Pré Escolar, 1º, 2º, 3º Ciclo e Secundário);
- ✓ Organização dos Transportes Escolares dos Alunos com Necessidades Educativas Especiais;
- ✓ Celebração de acordos no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares;



- ✓ Desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento de Atividades de Enriquecimento Curricular – 1º CEB;
- ✓ Atividades dos Técnicos das AEC's de Música – aulas de educação musical a todos os alunos do ensino pré-escolar do concelho de Moimenta da Beira;
- ✓ Atividades dos Técnicos das AEC's de Música – atividades de animação sócio cultural nos Lares de Idosos do concelho de Moimenta da Beira;
- ✓ Atividades dos Técnicos das AEC's – Apoio e envolvimento em atividades realizadas pelo Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira, nomeadamente Natal, Páscoa, Carnaval e Dia Mundial da Criança.

INICIATIVAS NA ÁREA DA SAÚDE

- ✓ Apoio/ Parceria em eventos dinamizados na área da Saúde;
- ✓ Organização e Dinamização da Unidade Móvel da Saúde;
- ✓ Transporte de Utentes para o Porto – Realização de Exames Complementares, no âmbito da Luta Contra o Cancro;
- ✓ Transporte de Utentes para Lamego – Realização de Exames Complementares, no âmbito de Rastreio Oftalmológico.
- ✓ Desenvolvimento do Projeto “Desafio Gulbenkian não à Diabetes” em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, a Associação Nacional de Municípios e o Centro de Saúde de Moimenta da Beira.

FORMAÇÃO, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

- ✓ Integração em Estágios Profissionais;
- ✓ Integração em Contratos Emprego Inserção + e Contratos Emprego Inserção;



- ✓ Celebração de Protocolos de Colaboração com Escolas Profissionais para o acolhimento de alunos em estágios curriculares;
- ✓ Celebração de Protocolos de Colaboração com Escolas Superiores para o acolhimento de alunos em estágios curriculares;
- ✓ Celebração de Protocolos de Colaboração com o Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira para o acolhimento de alunos em estágios curriculares;
- ✓ Apoio na organização da formação Vida Ativa, em parceria com o Gabinete de Inserção Profissional e o Instituto do Emprego e Formação Profissional.





II – INTRODUÇÃO

Fazem parte do documento que agora se apresenta as peças que integram os documentos de Prestação de Contas do ano de 2016 do Município de Moimenta da Beira, elaboradas de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e dando cumprimento ao estatuído na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece como competência da Câmara Municipal, “elaborar e aprovar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas a submeter à apreciação do órgão deliberativo”.

Esta imposição encontra-se igualmente contemplada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), ao referir no seu artigo 76.º que “Os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são apreciados pelos seus órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam”.

Faz sentido também uma referência ao facto de constarem no Relatório de Gestão, a ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal, o documento emitido pelo Revisor Oficial de Contas com a Certificação Legal de Contas e respetivo parecer, a relação de todos os recebimentos e pagamentos em atraso titulados pelo Município à data de 31 de dezembro de 2016, bem como a relação de compromissos plurianuais assumidos e reportados ao mesmo período, estas últimas decorrentes de novas imposições legais entretanto publicadas, concretamente o preceituado na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que veio estabelecer as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso.



Por outro lado, aparece também publicado, em volume próprio, o relatório anual sobre a monitorização e acompanhamento do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local conforme disposto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto. É com base neste enquadramento legal que se apresenta o relatório anual do PAEL do Município de Moimenta da Beira.

O presente documento é elaborado à luz dos princípios anteriormente enunciados, na estrita observância dos normativos legais que lhe respeitam, num exercício que visa elucidar os titulares dos órgãos autárquicos e os munícipes em geral sobre os seguintes indicadores:

- ✓ A execução orçamental, reportando o nível de execução orçamental da despesa realizada e o montante da receita arrecadada, os desvios registados relativamente à proposta de execução orçamental inicialmente aprovada, não esquecendo a avaliação do grau de concretização das Grandes Opções do Plano inscritas no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes;
- ✓ A situação económica do Município no final do exercício sujeita a análise, segundo uma perspetiva de evolução da gestão dos diferentes sectores de atividade, nomeadamente no que respeita aos investimentos realizados, à estrutura de funcionamento e respetivos custos e proveitos;
- ✓ A situação financeira reportada ao momento de encerramento do exercício, de acordo com indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações dos resultados;
- ✓ A evolução do passivo do Município, considerando a sua antiguidade e separando as dívidas de curto, médio e longo prazo de e a terceiros;

Município de Moimenta da Beira

- ✓ A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;

Tal como está preconizado no POCAL, a análise dos indicadores anteriormente referidos é apresentada em duas perspetivas distintas:

- ✓ Na “Perspetiva Orçamental” são apresentados os níveis de execução do orçamento, numa ótica de caixa, contemplando uma análise discriminada de toda a receita arrecadada e da despesa realizada. Os valores apresentados, em moldes diversos, estão convenientemente inscritos nas várias fases de arrecadação da receita e realização da despesa;
- ✓ Na “Perspetiva Patrimonial” são expostas e analisadas as contas de maior relevo inscritas nos principais documentos contabilísticos, ou seja, no Balanço, na Demonstração dos Resultados e seus correspondentes anexos. Por outro lado, o Balanço e a Demonstração dos Resultados refletem do ponto de vista financeiro, à data de 31 de dezembro de 2016, o património municipal, o passivo, a origem da formação dos resultados e ainda o destino dado aos recursos financeiros, no ano económico em apreciação.

Considerando que o Relatório de Gestão é apenas um dos documentos de prestação de contas, a sua leitura deve ser acompanhada de uma análise cuidada à totalidade dos dados inscritos nas restantes peças que o acompanham, designadamente as seguintes:

- ✓ Mapas de execução orçamental:
 - Da Receita;
 - Da despesa;
 - Das Grandes Opções do Plano.
- ✓ Mapa de fluxos de caixa;
- ✓ Mapa de operações de tesouraria;



PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016



- ✓ Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução;
- ✓ Balanço;
- ✓ Demonstração dos resultados;
- ✓ Anexos às demonstrações financeiras;
- ✓ Caracterização da entidade;
- ✓ Certificação Legal de Contas.

Município de Moimenta da Beira





III – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO¹

Em agosto de 2016, o Conselho da União Europeia notificou Portugal no sentido de adotar medidas para a redução do défice considerada necessária para obviar à situação de défice excessivo em que o país se encontrava em 2015. De acordo com o artigo 10º do Regulamento n.º 473/2013, Portugal foi convidado a apresentar um relatório sobre a execução orçamental a cada três meses. O Conselho solicitou igualmente que se pusesse termo à "situação de défice excessivo até 2016" e "reduzir o défice nominal para 2,5% do PIB em 2016" (artigo 1.º).

Nos primeiros três trimestres de 2016, o défice acumulado foi de 2,5%, uma redução de 0,9 pontos percentuais relativamente ao mesmo período de 2015. Este resultado confirmou a tendência de diminuição ao longo do ano, uma vez que o défice observado no primeiro semestre foi de 2,9%.

A despesa pública diminuiu 1,1%, significativamente abaixo do valor anual previsto no Orçamento do Estado de 2016.

A receita cresceu 0,8%, em contraciclo com a despesa, contribuindo assim para a redução do défice.

O défice das Administrações Públicas diminuiu 394 milhões de euros face ao mesmo período do ano passado. Tal deve-se a um aumento das receitas de 1,9% para o qual contribuiu um crescimento muito significativo de 4,5% das contribuições e quotizações para a Segurança Social, devido ao crescimento do emprego de 3%. Esta tendência é reforçada pelo dinamismo do crescimento económico no segundo semestre. Portugal apresentou, no terceiro trimestre, o maior crescimento em cadeia na Área do Euro. Os dados disponíveis para o quarto trimestre sugerem que a dinâmica de crescimento foi mantida.

¹ Fonte: Ministério das Finanças





O emprego está a aumentar e o desemprego a diminuir, resultando no aumento da população ativa; o investimento está a aumentar, como comprovado pelas importações de máquinas e pelo aumento, em termos homólogos, das vendas de cimento de novembro e dezembro.

O crescimento da despesa em 1,3% ficou abaixo do crescimento da receita. As despesas foram controladas graças a uma estrita e rigorosa execução. Os mecanismos para conter a despesa nos limites definidos pelo Orçamento foram todos incluídos na Lei do Orçamento do Estado aprovada em março de 2016. A monitorização da despesa foi aplicada a todas as áreas. Uma execução rigorosa foi crucial para alcançar uma meta orçamental responsável sem comprometer os serviços públicos. Até novembro, 1.028,2 milhões de euros de cativações estavam ainda congelados, bem acima dos 445 milhões de euros sinalizados pelo Governo português no Relatório de Ação Efetiva.

Com base nos dados disponíveis, as estimativas apontam para um excedente primário acima da meta de 1,9% do PIB e para um défice global inequivocamente inferior ao objetivo de 2,5% estabelecido pelo Conselho Europeu.

Estes resultados excederão as estimativas apresentadas pela Comissão Europeia quando o Orçamento do Estado entrou em vigor, apoiando assim as comunicações e os compromissos assumidos pelo Governo ao longo do ano.

A credibilidade do processo orçamental português sai reforçada. Este será também o menor défice em mais de 40 anos.

Em conclusão, Portugal irá pôr termo à situação de défice excessivo em 2016.

Esta estratégia garantirá também a convergência rumo ao Objetivo de Médio Prazo de forma rigorosa e equitativa, promovendo a sustentabilidade orçamental, o crescimento económico e a coesão social.



IV – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

4.1 – CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA

O orçamento apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas de acordo com o ponto 2.3.2 das considerações técnicas do POCAL, pelo que como em qualquer análise prospetiva, e independentemente do cumprimento dos princípios orçamentais e das regras previsionais na sua elaboração, está sempre sujeito a correções pelo impacto financeiro de situações não previstas.

Essa é uma faculdade que nos termos do ponto 8.3.1 das considerações técnicas do POCAL, pode assumir a forma de alteração podendo incluir reforços de dotações de despesas resultantes de diminuições ou anulações de outras dotações, ou revisão orçamental, dando origem ao aumento global da despesa prevista, pelo que dá sempre lugar a uma revisão do orçamento.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que introduziu alterações à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA, entretanto regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, surgiram novas regras na assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas. A LCPA representa um importante instrumento de controlo da execução orçamental, pois ao impor o cálculo dos fundos disponíveis antes da assunção de qualquer compromisso, funciona como mecanismo cautelar que concorre para o reforço do rigor na gestão municipal.

A LCPA é de facto uma legislação que veio reduzir consideravelmente o risco orçamental, pois faz depender da existência de recursos financeiros quer as encomendas e aquisições, quer a execução de obras, quer a atribuição de subsídios e apoios ou quaisquer outras despesas.



Na verdade qualquer orçamento municipal que, por razões históricas, de contexto ou outras, esteja sobre orçamentado do lado da receita, a LCPA impede a realização de nova despesa, uma vez que esta só pode ser assumida se existirem fundos disponíveis para a pagar. Por outro lado, os encargos inerentes ao stock de dívida transitada de exercícios anteriores não só têm que estar inscritos no orçamento do novo ano económico, como devem ser os primeiros a ficar devidamente acautelados.

A Lei é muito clara quanto a este aspeto: só depois de registados esses compromissos se poderá avançar para novas despesas, desde que as mesmas tenham cobertura dos fundos disponíveis.

Adicionalmente, a adesão do Município ao programa PAEL regulado pela Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto, veio introduzir na gestão diária do Município mais um instrumento de controlo da execução orçamental (situação esta que foi alterada com o Orçamento do Estado para o ano 2017), dado que as projeções financeiras realizadas no momento de adesão ao PAEL são monitorizadas pela Câmara Municipal e também pela DGAL, pelo que se pretende que as mesmas tenham o menor desfasamento possível.

Sublinha-se que apesar das condições de grande adversidade a que fomos sujeitos nos últimos anos, o Município de Moimenta da Beira tem vindo a conseguir responder muito positivamente às dificuldades, de tal forma que a execução orçamental e financeira do ano 2016 demonstra uma vez mais a tendência de equilíbrio e constante melhoria da situação financeira do Município.

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

O Mapa resumo dos fluxos de caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria, evidenciando também os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte, dividido segundo a sua origem. Os valores de operações de tesouraria referem-se a retenções que a autarquia faz aos próprios funcionários e aos eleitos

Município de Moimenta da Beira



locais em regime de permanência, relativas a: CGA, IRS, IGFSS, Sindicatos, etc, sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela Autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

O Fluxo de Atividades Operacionais é positivo (diferença entre a receita corrente e despesa corrente) em 2.791.793,98 euros, por sua vez, o investimento (na ótica do pagamento) efetuado pelo Município durante o exercício de 2016 foi superior às receitas de capital, apresentando assim, o Fluxo de Atividades de Investimento um superávit de 2.660.537,46 euros, refletindo assim o financiamento de parte do investimento, com a Poupança Corrente.

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	476.637,08 €	DESPESAS ORÇAMENTAIS	11.005.042,26 €
Execução Orçamental	372.154,34 €	Correntes	7.111.282,35 €
Operações de tesouraria	104.482,74 €	Capital	3.893.759,91 €
RECEITAS ORÇAMENTAIS	11.136.298,78 €	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	674.442,31 €
Correntes	9.903.076,33 €	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	603.644,12 €
Capital	1.232.489,88 €	Execução Orçamental	503.410,86 €
Outras	732,57 €	Operações de Tesouraria	100.233,26 €
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	670.192,83 €		
TOTAL	12.283.128,69 €	TOTAL	12.283.128,69 €

O saldo da execução orçamental e das operações de tesouraria é de 603.644,12 euros, que é o saldo do Município em Caixa e Depósitos à Ordem, tal como consta no Balanço a 31.12.2016. O saldo orçamental de 2016 que transita para a Gerência Seguinte (2017), poderá ser utilizado em despesa em 2017 após aprovação da respetiva revisão orçamental pela Assembleia Municipal.



Assim, como se constata, no ano 2016, o valor dos fluxos financeiros totalizaram 12.283.128,69 euros. Foram efetuados pagamentos no valor de 11.005.042,26 euros, desagregados em despesas correntes 7.111.282,35 euros, e despesas de capital 3.893.759,91 euros.

Por outro lado, o valor dos recebimentos totalizou 11.136.298,78 euros, acrescidos do saldo transitado da gerência anterior no valor de 476.637,08 euros.

O valor das receitas correntes foi de 9.903.076,33 euros, enquanto as receitas de capital totalizaram 1.232.489,88 euros.

Tal como referido anteriormente, destaca-se o facto de o valor transitado para a gerência seguinte (ano 2017) ser de 603.644,12 euros, desagregando-se em execução orçamental o valor de 503.410,86 euros e operações de tesouraria o valor de 100.233,26 euros.

COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO FINAL E O EXECUTADO

A Comparação entre o valor orçamentado e o valor executado, permite aferir a concretização das previsões realizadas.

A Receita apresentou uma taxa de execução total de 83,4%, representando o valor de 11.508.453,12 euros, neste montante estão incluídos 372.154,34 euros do saldo da Gerência Anterior. Deste modo, não foi cumprido por 1,6% o objetivo de uma taxa de execução mínima de 85% da receita prevista no orçamento, conforme definido na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (LFL).

No entanto, destaca-se a excelente execução da Receita Corrente 102,6%, superando o valor orçamentado, enquanto a Receita de Capital foi de 32,7% muito inferior ao valor



orçamentado, devido á prorrogação na execução de alguns investimentos devido ao atraso / impasse das candidaturas do Portugal 2020.

A Taxa de execução orçamental global da despesa foi de 79,76%. A taxa de execução da despesa corrente foi de 78,31%, enquanto a taxa de execução da despesa de capital foi de 82,57%.

RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS							
DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	EXECUÇÃO	PESO %	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	EXECUÇÃO	PESO %
RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES			
01 IMPOSTOS DIRETOS	1.561.766,58 €	1.505.702,03 €	13,1%	01 DESPESAS COM PESSOAL	2.889.532,20 €	2.778.297,05 €	25,2%
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	299.675,67 €	50.440,26 €	0,4%	02 AQ. DE BENS E SERVIÇOS CORRENTE	4.873.445,45 €	3.228.775,02 €	29,5%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	64.718,91 €	58.335,49 €	0,5%	03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	242.222,19 €	183.123,09 €	1,7%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	951.308,35 €	711.274,13 €	6,2%	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.057.068,63 €	905.321,37 €	8,2%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.623.855,44 €	5.559.124,75 €	48,3%	05 SUBSIDIOS	- €	- €	0,0%
07 VENDA DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO	743.810,00 €	789.078,92 €	6,9%	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.100,00 €	15.765,82 €	0,1%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	408.737,62 €	1.229.119,75 €	10,7%				
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	9.653.872,57 €	9.903.076,33 €	86,1%	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	9.081.368,47 €	7.111.282,35 €	64,6%
RECEITAS DE CAPITAL				DESPESAS DE CAPITAL			
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	47.897,43 €	25.012,05 €	0,2%	07 AQ. DE BENS DE CAPITAL	2.698.431,88 €	1.948.783,41 €	17,7%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.192.430,00 €	957.477,83 €	8,3%	08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	348.623,24 €	276.249,43 €	2,5%
11 ATIVOS FINANCEIROS	30.000,00 €	- €	0,0%	09 ATIVOS FINANCEIROS	71.127,00 €	71.125,00 €	0,6%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	500.000,00 €	250.000,00 €	2,2%	10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.597.603,75 €	1.597.602,07 €	14,5%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	500,00 €	- €	0,0%	11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	- €	- €	0,0%
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMEN	500,00 €	732,57 €	0,0%				
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	372.154,34 €	372.154,34 €	3,2%				
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4.143.281,77 €	1.605.376,79 €	13,9%	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	4.715.785,87 €	3.893.759,91 €	35,4%
TOTAL GERAL DA RECEITA	13.797.154,34 €	11.508.453,12 €	100,0%	TOTAL GERAL DA DESPESA	13.797.154,34 €	11.005.042,26 €	100,0%

Através do quadro anterior podemos retirar ilações mais detalhadas, pois é possível analisar numa perspetiva geral a forma como se distribuíram as receitas e despesas e qual o seu peso na estrutura global das receitas e despesas arrecadadas e realizadas em 2016.

Decompondo a receita global, verificamos que a Receita corrente no valor de 9.903.076,33 euros, com uma taxa de execução de 102,6%, teve um peso no valor global da receita de 86,1%, enquanto a receita de capital adicionada do saldo da gerência anterior representou 13,9% do valor global.

Do lado da despesa, constatamos que a despesa corrente assumiu uma representatividade no valor global da despesa de 64,6% enquanto a despesa de capital representou 35,4%.

Na despesa corrente, são particularmente relevantes os gastos com os recursos humanos e com a aquisição de bens e serviços correntes, parcelas que representam cerca de 54% da totalidade das despesas suportadas em 2016. Além disso, o quadro demonstra que 17,7 % da despesa foram aplicados na aquisição de bens de capital, e a execução da rubrica de passivos financeiros que correspondeu à amortização do serviço da dívida (empréstimos) e representou 14,5% do orçamento da despesa. Quanto às transferências de capital a sua execução representou 2,5%.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL E POUPANÇA

Segundo o princípio do equilíbrio orçamental previsto na alínea e) do ponto 3.1.1 dos Princípios e Regras do POCAL, o orçamento deverá prever a totalidade dos recursos necessários para cobrir todas as despesas e, as receitas correntes devem ser iguais ou superiores às despesas correntes. Acresce o RFALEI (Lei n.º 73/2013), no número 1 e número 2 do seu artigo 40.º, que o equilíbrio orçamental ocorre quando a “receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

Natureza	Notas	2016	2015
Receita Corrente	(1)	9.903.076,33 €	9.102.990,82 €
Despesa Corrente	(2)	7.111.282,35 €	6.610.014,92 €
Princípio do Equilíbrio Orçamental = Poupança Corrente	(3)=(1)-(2)	2.791.793,98 €	2.492.975,90 €

Conforme consta do quadro anterior a execução orçamental do Município gerou em 2016 um saldo corrente positivo de 2.791.793,98 euros, respeitando assim o princípio do equilíbrio orçamental e gerando uma poupança corrente, traduzindo na libertação de verbas destinadas ao financiamento das despesas de capital (investimento).

Município de Moimenta da Beira



Em todo o caso houve um acréscimo considerável na poupança corrente de cerca de 300.000,00 euros relativamente ao ano anterior. Em termos do rácio que relaciona a receita corrente e a despesa corrente, verifica-se que o mesmo passou de um valor de 138% para 139%.

4.1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Os mapas que a seguir se apresentam permitem avaliar, sob diferentes perspetivas, os níveis de execução da receita ao longo de 2016.

A leitura do quadro seguinte indica que o ano de 2016 encerrou com uma receita global cobrada que ascendeu a 11.508.453,12 euros, enquanto no ano 2015 foi de 13.235.689,10 euros, ou seja menos 1.727.235,98 euros.

RECEITAS					
ANO	Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
2016	Correntes	9.733.872,57 €	9.653.872,57 €	9.903.076,33 €	102,58%
	Capital	3.691.127,43 €	3.771.127,43 €	1.233.222,45 €	32,70%
	Outras	- €	372.154,34 €	372.154,34 €	100,00%
	TOTAL	13.425.000,00 €	13.797.154,34 €	11.508.453,12 €	83,41%
2015	Correntes	9.222.053,00 €	9.222.053,00 €	9.102.990,82 €	98,71%
	Capital	4.277.947,00 €	4.277.447,00 €	3.630.085,91 €	84,87%
	Outras	- €	503.112,37 €	502.612,37 €	100%
	TOTAL	13.500.000,00 €	14.002.612,37 €	13.235.689,10 €	94,52%



A receita total atingiu no ano 2016 uma taxa de execução de 83,4% quando no ano 2015 tinha sido de 94,5%.

As receitas correntes atingiram uma taxa de execução de 102,6% (superior ao valor do orçamento) e as receitas de capital de 32,7% (inferior ao previsto ou desejável).

NATUREZA	2016	PESO	2015	PESO
RECEITAS CORRENTES	9.903.076,33 €	86%	9.102.990,82 €	69%
RECEITAS DE CAPITAL	1.233.222,45 €	11%	3.630.085,91 €	27%
OUTRAS	372.154,34 €	3%	502.612,37 €	4%
TOTAL DE RECEITAS	11.508.453,12 €		13.235.689,10 €	

Por outro lado, as receitas correntes têm no total das receitas da Autarquia um peso de 86%, representando as receitas de capital um peso de 11% e o saldo da gerência anterior 3%.

No ano 2015, as receitas correntes tinham no total das receitas da Autarquia um peso de 69%, as receitas de capital um peso de 27% e as outras receitas 4%.

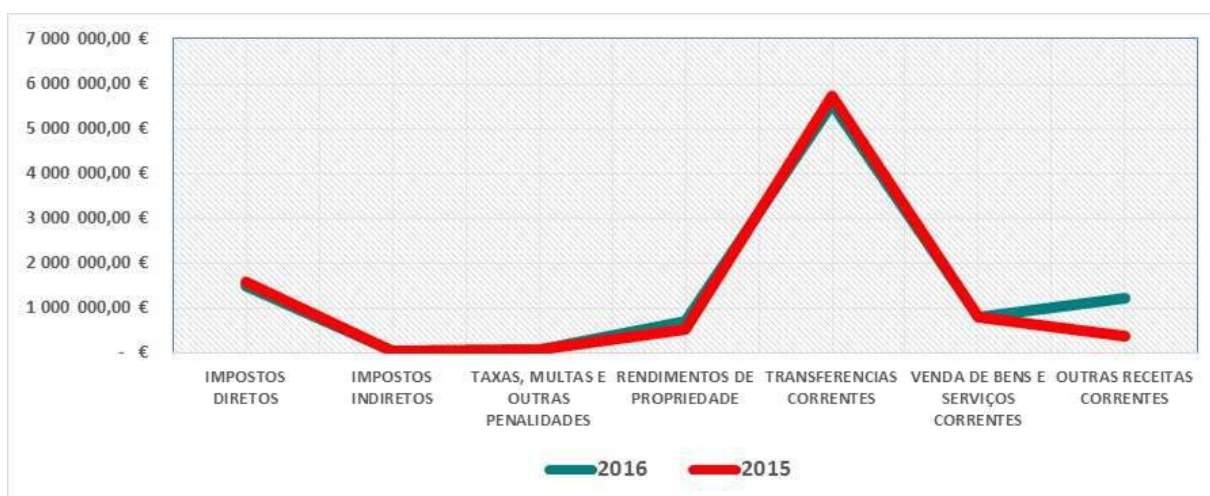
RECEITAS CORRENTES

DESCRIÇÃO	2016				
RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
IMPOSTOS DIRETOS	1.561.766,58 €	1.505.702,03 €	15,2%	13,1%	96,4%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	1.160.230,52 €	1.078.499,93 €	10,9%	9,4%	93,0%
Imposto Único de Circulação	201.246,22 €	203.520,08 €	2,1%	1,8%	101,1%
Imposto Mun. s/ T. Onerosas de Imóveis (IMT)	141.914,33 €	151.418,16 €	1,5%	1,3%	106,7%
Derrama	58.371,51 €	72.263,86 €	0,7%	0,6%	123,8%
Impostos Abolidos	4,00 €	- €	0,0%	0,0%	0,0%
IMPOSTOS INDIRETOS	299.675,67 €	50.440,26 €	0,5%	0,4%	16,8%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	64.718,91 €	58.336,49 €	0,6%	0,5%	90,1%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	951.308,35 €	711.274,13 €	7,2%	6,2%	74,8%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.623.855,44 €	5.559.124,75 €	56,1%	48,3%	98,8%
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.674.872,00 €	4.738.102,00 €	47,8%	41,2%	101,4%
FSM - Fundo Social Municipal	302.579,00 €	302.579,00 €	3,1%	2,6%	100,0%
Participação Fixa no IRS	222.900,00 €	222.839,00 €	2,3%	1,9%	100,0%
Outros	230.015,00 €	173.238,00 €	1,7%	1,5%	75,3%
Serviços e Fundos Autónomos	193.489,44 €	122.366,75 €	1,2%	1,1%	63,2%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	743.810,00 €	789.078,92 €	8,0%	6,9%	106,1%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	408.737,62 €	1.229.119,75 €	12,4%	10,7%	300,7%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	9.653.872,57 €	9.903.076,33 €	100,0%	86,1%	102,6%

As receitas correntes do Município, podem ser interpretadas como receitas estruturais, dado que têm uma natureza de elevada estabilidade, indicando o grau de autonomia da Autarquia, face a recursos alheios, refletindo também parte do dinamismo e a situação económica do Concelho. Como é possível aferir através do quadro seguinte, verificamos que no biénio em análise assistimos a um acréscimo no valor das receitas correntes de 8,8%, correspondendo a 800.085,51 euros.

As receitas correntes, subdividem-se nos seguintes grupos:

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
RECEITAS	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA		
IMPOSTOS DIRETOS	1.505.702,03 €	1.585.042,00 €	- 79.339,97 €	-5,0%
IMPOSTOS INDIRETOS	50.440,26 €	55.408,79 €	- 4.968,53 €	-9,0%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	58.336,49 €	68.943,65 €	- 10.607,16 €	-15,4%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	711.274,13 €	511.222,02 €	200.052,11 €	39,1%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.559.124,75 €	5.718.161,62 €	- 159.036,87 €	-2,8%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	789.078,92 €	792.526,35 €	- 3.447,43 €	-0,4%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.229.119,75 €	371.686,39 €	857.433,36 €	230,7%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	9.903.076,33 €	9.102.990,82 €	800.085,51 €	8,8%



IMPOSTOS DIRETOS

Os Impostos Diretos compreendem os recebimentos com origem na tributação: da propriedade imobiliária (urbana), dos rendimentos de capital, e pela posse de determinados bens. Estes rendimentos são a materialização da capacidade tributária ativa dos municípios, que apesar de serem cobrados pela Autoridade Tributária e Aduaneira – AT, são posteriormente transferidos para as Autarquias, retendo a Administração Fiscal 72.794,77 € cerca de 4,8% do valor recebido de todos estes impostos, excetuando-se a Derrama pela qual não são devidos encargos pela sua cobrança.

De salientar que com a publicação da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, está prevista a redução gradual das taxas do Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), com início em 2016 e que culminará com a extinção deste imposto em 2018.

A receita resultante dos Impostos Diretos cobrados, representam 15,2% do total das receitas correntes, e 13,08% da receita total, os quais tiveram uma taxa de execução de 96,41% e um decréscimo de 5% no decurso do exercício de 2016 face a 2015, equivalente a 79.339,97 euros, conforme detalhe que se segue.

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
RECEITAS	RECEITA COBRADA BRUTA	RECEITA COBRADA BRUTA		
IMPOSTOS DIRETOS	1.505.702,03 €	1.585.042,00 €	- 79.339,97 €	-5,0%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	1.078.499,93 €	1.185.214,31 €	- 106.714,38 €	-9,0%
Imposto Único de Circulação (IUC)	203.520,08 €	197.186,02 €	6.334,06 €	3,2%
Imposto Mun. s/ T. Onerosas de Imóveis (IMT)	151.418,16 €	143.001,47 €	8.416,69 €	5,9%
Derrama	72.263,86 €	59.640,20 €	12.623,66 €	21,2%

As receitas arrecadadas com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) apresentam uma variação decrescente de 9% quando comparada com o ano de 2015 ou seja, 106.714,38 euros, em termos nominais. A taxa de execução desta rubrica foi de 92,96% inferior ao valor orçamentado.

O elevado decréscimo a que assistimos nesta rubrica está direta e unicamente relacionado com o decréscimo do valor arrecadado de IMI.

O CIMI, prevê um conjunto de isenções, nomeadamente para os sujeitos passivos de baixos rendimentos, prevendo também limites aos aumentos anuais na liquidação de IMI.

A Lei n.º 7/A-2016 de 30 de março (LOE 2016) através o artigo 162.º, criou o aditamento ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (CIMI), o artigo 11.º-A:

- 1- *“Ficam isentos de imposto municipal sobre imóveis os prédios rústicos e o prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, desde que o rendimento bruto total do agregado familiar não seja superior a 2,3 vezes o valor anual do IAS e o valor patrimonial tributário global da totalidade dos prédios rústicos e urbanos pertencentes ao agregado familiar não exceda 10 vezes o valor anual do IAS.*
- 2- *Para efeitos do disposto no número anterior, os rendimentos do agregado familiar são os do ano anterior àquele a que respeita a isenção.*
- 3- *O rendimento referido no n.º 1 é determinado individualmente sempre que, no ano do pedido da isenção, o sujeito passivo já não integre o agregado familiar a que se refere o número anterior.*
- 4- *As isenções a que se refere o n.º 1 são automáticas, sendo reconhecidas oficiosamente e com uma periodicidade anual pela Autoridade Tributária e Aduaneira, a partir da data da aquisição dos prédios ou da data da verificação dos respetivos pressupostos”.*

Esta situação para além de abranger agregados familiares com baixos rendimentos (valor do IAS 2016 = 419,22 €), contemplou também sujeitos passivos que não apresentam as declarações de rendimentos (IRS) em Portugal, como são o caso da comunidade emigrante, estando assim isentos do pagamento de IMI referente aos seus imóveis.

Também o aditamento ao artigo 112.º do CIMI, através da Lei n.º 82-B/2014 (LOE 2015) pressupõe que os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com o número de dependentes, 1 dependente: 10%; 2 dependentes: 15%; 3 dependentes: 20%.

Município de Moimenta da Beira



Estima-se que esta decisão tenha tido um impacto negativo de aproximadamente 17.000,00 euros, no IMI arrecadado pelo Município no ano 2016.

A substituição do Imposto Municipal sobre Veículos (ISV) pelo Imposto Único de Circulação (IUC), que teve lugar em 2007, e a alteração dos critérios introduzidos na liquidação do IUC, traduziu-se num crescimento contínuo desta receita Municipal.

O Imposto Único de Circulação (IUC), apresenta uma variação positiva de 3,2%, ou seja de 6.334,06 euros, quando comparado com o seu desempenho de 2015. Relativamente ao montante previsto no orçamento, verifica-se também ter havido um acréscimo, dado que a taxa de execução foi de 101,1%.

O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT) foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 287/2003 de 12 de novembro, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2004, e veio substituir a SISA, mantendo no entanto a mesma natureza, e incidindo essencialmente sobre o mesmo tipo de transações, estando previsto o fim deste imposto para 2018, nos termos da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

O IMT é uma receita de natureza fundamentalmente conjuntural, tendo sido afetada nos últimos anos pela crise no crédito hipotecário e no imobiliário iniciada em 2008.

No ano 2016 o IMT apresenta um aumento considerável de 5,9% equivalente a 8.416,69 euros (12,1 % em 2015), refletindo alguma recuperação registada no mercado imobiliário sendo um indicador positivo da economia local e do Concelho.

Quanto à Derrama, que é a taxa municipal que incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, em 2016 teve um desempenho superior ao do ano anterior com um acréscimo de 21,2% ou seja 12.623,66 euros.

Esta situação é resultado da eliminação da taxa reduzida (0,75%) passando a ser de 1,5% para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapassasse os 150.000,00





euros no ano anterior, e a mesma percentagem para um volume de negócios superior, nos termos das deliberações pela Câmara e Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro.

Adicionalmente informa-se, relativamente aos impostos diretos que há regras orçamentais, ou seja, as Autarquias são obrigadas a estimar o montante dos impostos que preveem vir a arrecadar, em cada ano, tendo por base a média aritmética simples dos últimos 24 meses que precedem a elaboração das suas peças previsionais, o que justifica mais que amplamente os desvios que se tem vindo a verificar, ano após ano, nesta que é uma das mais importantes rubricas que compõem os orçamentos municipais.

IMPOSTOS INDIRETOS
TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

Nesta rubrica são incluídos os rendimentos associados: coimas e penalidades, serviços prestados de secretaria, loteamentos e obras, o valor das rendas pagas pela EDP ao Município, pela concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho de Moimenta da Beira, é regido pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro de 2008. De acordo com este diploma, o valor da renda de concessão é função do consumo de eletricidade em baixa tensão no concelho registado no ano anterior, e da variação do Índice de preços do consumidor (IPC), com exclusão da habitação, do ano anterior ao qual a renda diz respeito.

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
RECEITAS	RECEITA COBRADA BRUTA	RECEITA COBRADA BRUTA		
IMPOSTOS INDIRETOS	50.440,26 €	55.408,79 €	- 4.968,53 €	-9%
TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	58.336,49 €	68.943,65 €	- 10.607,16 €	-15%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	711.274,13 €	511.222,02 €	200.052,11 €	39%

Município de Moimenta da Beira





Quanto aos impostos indiretos, as taxas multas e outras penalidades verificamos que sofreram uma diminuição considerável face ao ano 2015, de 9 e 15% respetivamente. Situação contrária verifica-se relativamente aos rendimentos de propriedade que teve um acréscimo significativo de 39%.

Na rubrica de impostos diretos foram cobrados ao todo 50.440,26 euros, sendo que das diversas classificações que compõe esta rubrica as que mais contribuíram para o resultado obtido foram as cobranças classificadas na rubrica “Mercados e Feiras” (14.910,09 euros) e em “Loteamentos e Obras” (26.658,62 euros), representando estas cerca de 82% do montante total da referida rubrica.

Quanto às cobranças oriundas de Taxas Multas e Outras Penalidades trata-se contudo, de uma rubrica com um ciclo instável de cobranças, pelo que nem sempre depende do Município a sua melhor execução, o valor mais relevante corresponde aos loteamentos e obras solicitados por empresas (47.583,56 euros).

Os Rendimentos de Propriedade tiveram um acréscimo de 39%, equivalente a 200.052,11 euros, face aos valores arrecadados no ano 2015. A explicação para esta situação deve-se ao facto de o valor de 103.789,70 euros da receita da EDP pela concessão do espaço público referente ao 4.º trimestre do ano 2015 ter sido recebido apenas em 05/01/2016, quando efetivamente deveria ter sido recebido no final do mês de dezembro de 2015.

Igualmente são também considerados nesta rubrica os rendimentos obtidos correspondentes a 2,5% provenientes da produção de energia dos parques eólicos, já existentes no Concelho.





TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As regras legais para o cálculo das Transferências Anuais do Orçamento de Estado para os Municípios são as constantes na atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro).

Em 2015, foi introduzida uma alteração, nos termos do n.º 4 do art.º 87º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, ao nível das despesas elegíveis no Fundo Social Municipal, passando a incluir pela primeira vez os encargos com os transportes escolares do 3.º Ciclo do Ensino Básico, mantendo-se elegíveis tal como nos anos anteriores os gastos com o pré-escolar e o 1.º ciclo, deixando no entanto de fora por exemplo, os encargos com os transportes escolares do 2.º ciclo e secundário, sendo assim suportados pelo Município.

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
RECEITAS	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.559.124,75 €	5.718.161,62 €	- 159.036,87 €	- 2,78%
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.738.102,00 €	4.803.596,00 €	- 65.494,00 €	- 1,36%
FSM - Fundo Social Municipal	302.579,00 €	302.579,00 €	- €	0,00%
Participação Fixa no IRS	222.839,00 €	222.900,00 €	- 61,00 €	- 0,03%
Outros	173.238,00 €	235.042,58 €	- 61.804,58 €	- 26,30%
Serviços e Fundos Autónomos	122.366,75 €	154.044,04 €	- 31.677,29 €	- 20,56%

No ano 2016, assistimos a uma diminuição de 159.036,87 euros, 2,78% do valor das transferências correntes comparativamente com o ano 2015.

A redução verificada no FEF – Fundo de Equilíbrio corrente no valor de 65.494,00 euros é devida ao facto de no ano 2015, ter sido considerado o valor de 128.724,00 euros que correspondiam ao ano 2014, então retidos pela DGAL nos termos do artigo 65.º da Lei n.º 64-B/2012, de 30 de dezembro, no âmbito do disposto no n.º 5 do artigo 67.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que foram liberados no ano 2015. Caso tal não se verificasse esta rubrica apresentaria uma evolução positiva de 63.230 euros.

Quanto ao valor do FSM e do IRS, verifica-se que praticamente não ocorreram alterações no biénio 2016-2015.



Na rubrica de “Outros”, são consideradas as receitas provenientes do Ministério da Educação – DGESTE, inerentes às atividades de enriquecimento curricular, auxiliares de ação educativa, componente social, e refeições do 1.º ciclo e pré-escolar. Os valores recebidos em 2016 foram inferiores aos de 2015 em 26,30%.

Na rubrica Serviços e Fundos Autónomos são considerados essencialmente os valores recebidos do Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFP, I. Social de Proteção de Menores e PEPAL. A oscilação negativa de 20,56% no ano 2016 quando comparada com o ano 2015, é explicada essencialmente pelo facto de no ano 2016 não ter sido recebido qualquer valor da Direção Geral dos Recursos Florestais, enquanto no ano 2015 foi recebido o valor de 16.820,72 euros; do IEFP foi recebido em 2016 o valor de 94.487,38 euros, enquanto no ano 2015 foi de 109.365,58 euros, bem como do STAPE cujo valor recebido em 2015 foi de 7.369,28 euros devido à realização de eleições para a Presidência da República, não se verificando qualquer valor no ano 2016.

As Transferências correntes são, dentro do domínio das receitas correntes as que mais contribuíram para o valor da receita obtido em 2016, representando 48,3% do total das receitas arrecadadas e 56% das receitas correntes.

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Nesta rubrica estão contabilizados o produto da venda de bens e serviços, não considerados bens de investimento. A estas receitas, estão subjacentes preços que correspondem a valores de aquisição de bens ou serviços vendidos.



Da rubrica venda de bens e serviços correntes fazem parte a venda de água, tarifas de disponibilidade de água, águas residuais, RSU, serviços sociais, culturais e desportivos, bem como transportes e rendas de equipamentos municipais.

As receitas provenientes da Venda de Bens e Serviços Correntes, tiveram um decréscimo global de 0,4 %, em relação a 2015, correspondente a 3.447,43 €.

DESCRIÇÃO	2016	2015		
RECEITAS	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA	Var. €	Var. %
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	789.078,92 €	792.526,35 €	- 3.447,43 €	-0,4%
Produtos acabados e intermédios - Água	229.587,39 €	247.240,56 €	- 17.653,17 €	-7,1%
Serviços Sociais	9.937,10 €	12.781,20 €	- 2.844,10 €	-22,3%
Serviços Culturais	1.766,00 €	47,50 €	1.718,50 €	3617,9%
Serviços Desportivos	47.388,14 €	54.482,35 €	- 7.094,21 €	-13,0%
Saneamento	2.340,96 €	1.223,77 €	1.117,19 €	91,3%
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	83.948,27 €	69.707,32 €	14.240,95 €	20,4%
Transportes por conta de particulares	2.180,76 €	4.376,87 €	- 2.196,11 €	-50,2%
Cemitérios	7.883,85 €	10.749,80 €	- 2.865,95 €	-26,7%
Tarifa de Disponibilidade - Água	113.856,90 €	106.983,77 €	6.873,13 €	6,4%
Tarifa de Disponibilidade - Saneamento	107.004,47 €	100.668,83 €	6.335,64 €	6,3%
Tarifa de Disponibilidade - RSU	138.958,85 €	140.081,08 €	- 1.122,23 €	-0,8%
Rendas de Habitações	9.811,87 €	9.578,48 €	233,39 €	2,4%
Rendas de Edifícios	17.662,88 €	20.562,76 €	- 2.899,88 €	-14,1%
Outros	16.751,48 €	14.042,06 €	2.709,42 €	19,3%

Face ao número de rubricas que integram esta variável, algumas com variações positivas outras negativas, verificamos que a rubrica com maior expressão é a venda de água que teve um decréscimo de 7,1%. As rubricas inerentes à faturação da tarifa de disponibilidade de água e saneamento tiveram um acréscimo de 6,4% e 6,3% respetivamente, e contrariamente a tarifa de disponibilidade de RSU decresceu 0,8%.

Quanto à faturação de serviços com variação negativa, destacam-se os serviços desportivos explicado em parte pelo encerramento da Piscina Municipal para manutenção no 3.º trimestre do ano 2016 e da menor cobrança de rendas de edifícios.

Em termos globais a rubrica venda de bens e serviços correntes que totalizou 789.078,92 euros, teve uma taxa de execução de 106,1%, representando 8% do valor total das receitas correntes e 6,89% do valor global das receitas.

RECEITAS DE CAPITAL

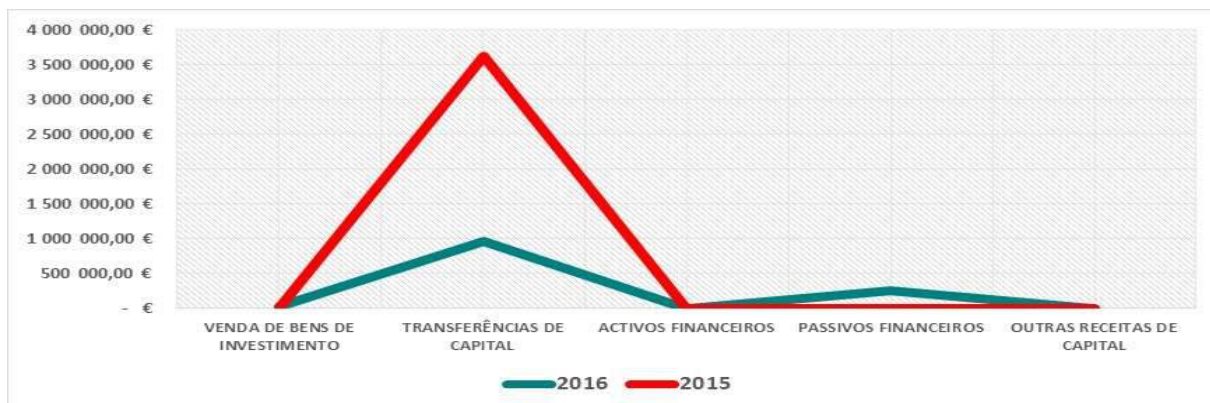
As receitas de capital, sendo receitas extraordinárias (com exceção do FEF capital), são um tipo de recebimento arrecadado pontualmente, revestindo-se de um carácter não permanente, a que o Município recorre para fazer face às despesas de investimento.

Estas receitas subdividem-se quanto ao tipo, em 5 grupos:

DESCRIÇÃO	2016				
RECEITAS	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (CAPITAL)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	47.697,43 €	25.012,05 €	2,03%	0,22%	52,44%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.192.430,00 €	957.477,83 €	77,69%	8,32%	29,99%
ATIVOS FINANCEIROS	30.000,00 €	- €	0,00%	0,00%	0,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	500.000,00 €	250.000,00 €	20,28%	2,17%	50,00%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	500,00 €	- €	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	3.770.627,43 €	1.232.489,88 €	100,00%	10,71%	32,69%

A taxa global de execução das receitas de capital situou-se em 32,69%, representando 10,71% do valor global da receita arrecadada.

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
RECEITAS	RECEITA COBRADA	RECEITA COBRADA		
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	25.012,05 €	6.088,08 €	18.923,97 €	310,8%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	957.477,83 €	3.623.839,76 €	- 2.666.361,93 €	-73,6%
ACTIVOS FINANCEIROS	- €	- €	- €	0,0%
PASSIVOS FINANCEIROS	250.000,00 €	- €	250.000,00 €	100,0%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	- €	- €	- €	0,0%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	1.232.489,88 €	3.629.927,84 €	- 2.397.437,96 €	-66,05%



Relativamente às receitas de capital de 2016, assistimos a um forte decréscimo de 66,05% na sua execução face ao ano 2015.

VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

A rubrica de Venda de Bens de Investimento, sem ter grande expressão financeira, teve um acréscimo significativo de 310,8% em relação a 2015 e integra essencialmente o valor da alienação de um lote no parque industrial e de habitações da Barragem do Vilar.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

A Rubrica de Transferências de Capital integra para além da receita proveniente do Orçamento de Estado – FEF Capital, que foi de 526.456,00 euros superior em 7.026,00 euros, 1,35% face ao ano 2015 (519.430,00 euros), sendo o restante 431.021,83 euros, valor correspondente a comparticipações de projetos e obras através de fundos comunitários; a seguir designados:

PROJETO	VALOR
B.U.A - BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO	74.707,10 €
ILPUBDOURO	146.011,25 €
CENTRO ESCOLAR DE MOIMENTA DA BEIRA	66.314,42 €
CONSTRUÇÃO DO PARQUE DESPORTIVO 1.º RELVADO	33.780,00 €
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DA PAVILHÃO MUNICIPAL	3.896,15 €
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DA PISCINA MUNICIPAL	3.771,52 €
CREP / PARQUE INDUSTRIAL	12.497,94 €
DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCENDIOS - REDE SECUNDÁRIA	90.043,45 €
TOTAL	431.021,83 €

O facto de assistirmos a uma redução muito significativa do valor das receitas de capital face ao ano 2015 (recorde-se que foi o ano com maior arrecadação de receitas comunitárias de sempre, na vida do Município), está diretamente relacionado com a indefinição, negociação e prorrogação do prazo de implementação do novo programa de apoios comunitários Portugal 2020.

Como é possível constatar o valor recebido de alguns projetos no ano 2016 está associado a projetos concretizados e já em funcionamento há alguns anos como são o caso do 1.º Relvado e do Centro Escolar de Moimenta da Beira, situação que é reveladora do encerramento dos programas comunitários anteriores.

O quadro seguinte, menciona o valor de fundos comunitários recebidos nos últimos anos.

ANO	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
VALOR	431.021,83 €	3.104.409,76 €	565.790,68 €	1.043.281,87 €	1.641.922,57 €	848.284,27 €	66.655,28 €
MÉDIA	1.367.074,09 €						900.036,00 €

ANO	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
VALOR	635.897,20 €	952.610,98 €	1.128.154,55 €	1.437.284,77 €	632.021,47 €	710.877,78 €	1.345.672,01 €	1.490.582,00 €
MÉDIA	1.038.486,88 €							1.044.788,32 €



PASSIVOS FINANCEIROS

A rubrica de Passivos Financeiros contempla a utilização pontual do empréstimo de curto prazo no valor de 250.000,00 euros, tendo o mesmo sido amortizado integralmente no ano 2016. Do valor orçamentado apenas foi utilizado 50%. No ano 2015 não foi utilizado qualquer valor de receita de passivos financeiros.

No cômputo geral, poderemos afirmar que o decréscimo verificado em termos da receita de capital arrecadada pela Autarquia, foram muito inferiores quando comparadas com o ano 2015, devido à redução na obtenção de fundos comunitários em cerca de 2.673.387,93 euros.

ORÇAMENTO GLOBAL DA RECEITA VS EXECUÇÃO GLOBAL



DESCRIÇÃO	2016				
RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (CORRENTES)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
IMPOSTOS DIRETOS	1.561.766,58 €	1.505.702,03 €	15,2%	13,1%	96,4%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	1.160.230,52 €	1.078.499,93 €	10,9%	9,4%	93,0%
Imposto Único de Circulação	201.246,22 €	203.520,08 €	2,1%	1,8%	101,1%
Imposto Mun. s/ T. Onerosas de Imóveis (IMT)	141.914,33 €	151.418,16 €	1,5%	1,3%	106,7%
Derrama	58.371,51 €	72.263,86 €	0,7%	0,6%	123,8%
Impostos Abolidos	4,00 €	- €	0,0%	0,0%	0,0%
IMPOSTOS INDIRECTOS	299.675,67 €	50.440,26 €	0,5%	0,4%	16,8%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	64.718,91 €	58.336,49 €	0,6%	0,5%	90,1%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	951.308,35 €	711.274,13 €	7,2%	6,2%	74,8%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.623.855,44 €	5.559.124,75 €	56,1%	48,3%	98,8%
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.674.872,00 €	4.738.102,00 €	47,8%	41,2%	101,4%
FSM - Fundo Social Municipal	302.579,00 €	302.579,00 €	3,1%	2,6%	100,0%
Participação Fixa no IRS	222.900,00 €	222.839,00 €	2,3%	1,9%	100,0%
Outros	230.015,00 €	173.238,00 €	1,7%	1,5%	75,3%
Serviços e Fundos Autónomos	193.489,44 €	122.366,75 €	1,2%	1,1%	63,2%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	743.810,00 €	789.078,92 €	8,0%	6,9%	106,1%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	408.737,62 €	1.229.119,75 €	12,4%	10,7%	300,7%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	9.653.872,57 €	9.903.076,33 €	100,0%	86,1%	102,6%
DESCRIÇÃO	2016				
RECEITAS	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (CAPITAL)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	47.697,43 €	25.012,05 €	2,03%	0,2%	52,4%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.192.430,00 €	957.477,83 €	77,69%	8,3%	30,0%
ATIVOS FINANCEIROS	30.000,00 €	- €	0,00%	0,0%	0,0%
PASSIVOS FINANCEIROS	500.000,00 €	250.000,00 €	20,28%	2,2%	50,0%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	500,00 €	- €	0,00%	0,0%	0,0%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	3.770.627,43 €	1.232.489,88 €	100,00%	10,7%	32,7%
OUTRAS RECEITAS	372.654,34 €	372.886,91 €		3,2%	100,1%
TOTAL DA RECEITA	13.797.154,34 €	11.508.453,12 €			83,4%

Em termos globais, ao analisarmos a execução do orçamento da receita, constatamos que o mesmo teve uma taxa de execução de 83,4%, destacando-se a execução das receitas correntes que foi de 102,6%, tendo a receita de capital uma execução de 32,7%.

Note-se para o facto de a Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro (LFL - Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) mencionar no n.º 3 do artigo 56.º - *Alerta precoce de desvios, que “no caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85 % são informadas as entidades – DGAL, membros do Governo responsáveis pelas áreas*

Município de Moimenta da Beira

das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte, situação que não se verificou em 2015.

COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DA RECEITA NOS ANOS

ANTERIORES

	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
RECEITAS												
Correntes	102,60%	98,71%	100,94%	85,38%	73,34%	77,12%	78,68%	66,19%	80,08%	76,67%	104,21%	93,41%
Capital	32,70%	84,87%	52,98%	54,98%	46,07%	33,12%	26,89%	61,43%	43,67%	41,17%	50,49%	37,16%
Outras	100,10%	99,90%	138289,40%	100,00%	171,78%	0,00%	0,17%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	83,40%	80,40%	85,83%	71,94%	59,15%	53,96%	48,44%	63,43%	60,24%	57,50%	70,30%	58,74%
MÉDIA	80,39%			56,24%			61,70%					

	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
RECEITAS												
Correntes	9.903.076,33 €	9.102.990,82 €	9.355.323,87 €	8.535.236,50 €	6.594.832,00 €	6.920.741,72 €	6.920.115,93 €	6.577.495,57 €	6.515.436,06 €	5.908.039,13 €	5.681.669,75 €	5.420.344,41 €
Capital	1.233.222,45 €	3.630.085,91 €	2.480.258,75 €	4.358.618,69 €	4.495.137,57 €	3.303.976,83 €	3.244.604,79 €	8.371.038,70 €	4.251.862,26 €	3.727.128,43 €	4.711.559,32 €	3.458.637,58 €
Outras	372.154,34 €	502.612,37 €	138.289,40 €	667,60 €	858,90 €	- €	- €	- €	- €	- €	3.750,00 €	- €
TOTAL	11.508.453,12 €	13.235.689,10 €	11.973.872,02 €	12.894.522,79 €	11.090.828,47 €	10.224.718,55 €	10.164.720,72 €	14.948.534,27 €	10.767.298,32 €	9.638.917,56 €	10.393.229,07 €	8.878.981,99 €
MÉDIA	12.403.134,26 €			11.607.200,50 €			9.919.606,74 €					

Através da informação dos quadros anteriores relativamente às percentagens e valores de execução anual dos valores da receita, é possível também inferir os dados médios em cada quadriénio. Conclui-se que tem havido uma tendência crescente ao longo dos anos em análise.

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO

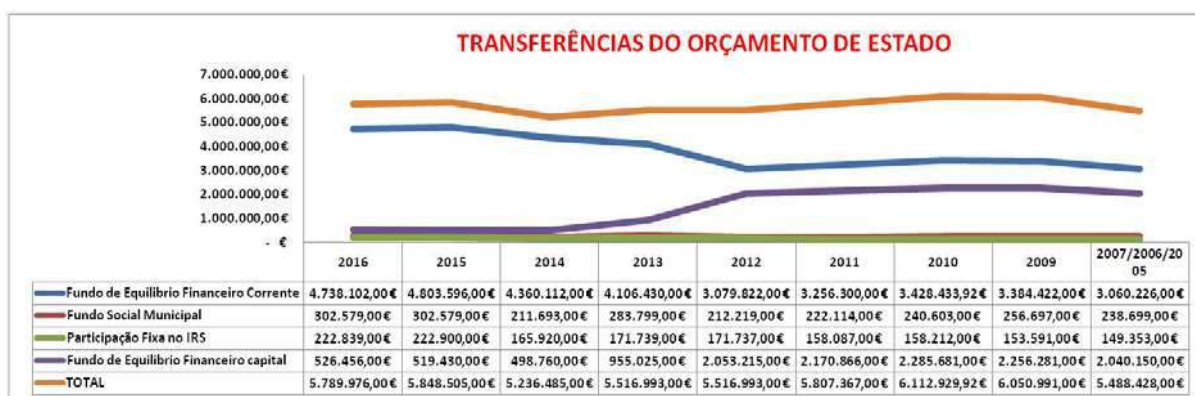
Tendo como objetivo dar a conhecer a evolução das transferências obtidas resultantes do Orçamento de Estado, apresenta-se a informação no quadro seguinte:

As Transferências do Estado para o ano 2016 (FEF, FSM e IRS) decresceram 1% o equivalente a 58.529,00 euros, face ao valor do ano 2015. Porém, no ano 2015, foi considerado na

rubrica FEF Corrente o valor de 128.724,00 euros que correspondiam ao ano 2014, então retidos pela DGAL e pagos ao Município no ano 2015.

Caso tal não tivesse ocorrido, no ano 2016 comparativamente com o ano 2015, assistiríamos a um aumento do valor das transferências do Orçamento de Estado de 70.195 euros, ou seja 1,22%

TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO									
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2007/2006/2005
Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente	4.738.102,00 €	4.803.596,00 €	4.360.112,00 €	4.106.430,00 €	3.079.822,00 €	3.256.300,00 €	3.428.433,92 €	3.384.422,00 €	3.060.226,00 €
Fundo Social Municipal	302.579,00 €	302.579,00 €	211.693,00 €	283.799,00 €	212.219,00 €	222.114,00 €	240.603,00 €	256.697,00 €	238.699,00 €
Participação Fixa no IRS	222.839,00 €	222.900,00 €	165.920,00 €	171.739,00 €	171.737,00 €	158.087,00 €	158.212,00 €	153.591,00 €	149.353,00 €
Fundo de Equilíbrio Financeiro capital	526.456,00 €	519.430,00 €	498.760,00 €	955.025,00 €	2.053.215,00 €	2.170.866,00 €	2.285.681,00 €	2.256.281,00 €	2.040.150,00 €
TOTAL	5.789.976,00 €	5.848.505,00 €	5.236.485,00 €	5.516.993,00 €	5.516.993,00 €	5.807.367,00 €	6.112.929,92 €	6.050.991,00 €	5.488.428,00 €
Varição em € (2016/...)	- 58.529,00 €	553.491,00 €	272.983,00 €	272.983,00 €	- 17.391,00 €	- 322.953,92 €	- 261.015,00 €	27.127,00 €	5.848.505,00 €
Varição em % (2016/...)	-1%	11%	5%	5%	0%	-5%	-4%	0%	



RÁCIOS DA ESTRUTURA DA RECEITA

O quadro seguinte apresenta os Rátios de Gestão relativos à estrutura da receita, comparando os resultados dos anos 2016 e 2015:



PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016



FÓRMULAS / RUBRICAS	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias	4.368.963,63 €		3.893.687,72 €	
Receita Total	11.508.453,12 €	38%	13.235.689,10 €	29%
Impostos Diretos	1.505.702,03 €		1.585.042,00 €	
Receita Total	11.508.453,12 €	13%	13.235.689,10 €	12%
FEF + FSM + IRS	5.789.976,00 €		5.848.505,00 €	
Receita Total	11.508.453,12 €	50%	13.235.689,10 €	44%
Passivos Financeiros	250.000,00 €		- €	
Receita Total	11.508.453,12 €	2%	13.235.689,10 €	0%
Venda de Bens e Serviços	789.078,92 €		792.526,35 €	
Receita Total	11.508.453,12 €	7%	13.235.689,10 €	6%
Receita Corrente	9.903.076,33 €		9.102.990,82 €	
Receita Total	11.508.453,12 €	86%	13.235.689,10 €	69%
Receita de Capital	1.232.489,88 €		3.629.927,84 €	
Receita Total	11.508.453,12 €	11%	13.235.689,10 €	27%
Receita Total	11.508.453,12 €		13.235.689,10 €	
População (Fonte: DGAL)	10.106	1.138,77 €	10.106	1.309,69 €

Da análise ao quadro anterior, constata-se que a performance dos rácios do Município no ano 2016 é em alguns casos divergente do ano 2015. Esta situação está diretamente relacionada com o valor da receita total em cada um dos anos.

Município de Moimenta da Beira





4.1.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

No exercício de 2016 a despesa global do Município de Moimenta da Beira atingiu 11.005.042,26 euros.

Este grau de realização da despesa foi inferior ao desejável e ao previsto, devido á impossibilidade de concretização de alguns projetos e programas espectáveis no momento de elaboração do orçamento pelo facto de os mesmos estarem condicionados à angariação da contrapartida da receita.

A análise da despesa é efetuada através do agrupamento da despesa global em dois grupos, em função da sua aplicação:

- Despesas correntes – refletem os encargos com pessoal, aquisição de bens e serviços, juros de empréstimos bancários e de fornecedores, transferências, projetos e ações de natureza corrente constantes no Plano de Atividades Municipal (PAM), e outros encargos de funcionamento do Município.
- Despesas de capital – são incluídas neste grupo os projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que refletem investimentos diretos da autarquia e as transferências para investimentos de outras entidades (Freguesias, IPSS's e Associações diversas), bem como o serviço da dívida (amortização de empréstimos bancários).

Os mapas seguintes apresentam os dados que possibilitam a avaliação, sob diferentes óticas, o comportamento dos níveis de execução da despesa ao longo de 2016.



DESPESAS					
ANO	Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
2016	Correntes	8.424.898,76 €	9.081.368,47 €	7.111.282,35 €	78,31%
	Capital	5.000.101,24 €	4.715.785,87 €	3.893.759,91 €	82,57%
	TOTAL	13.425.000,00 €	13.797.154,34 €	11.005.042,26 €	79,76%
2015	Correntes	7.703.278,22 €	7.240.567,92 €	6.610.014,92 €	91,29%
	Capital	5.796.721,78 €	6.762.044,45 €	6.253.519,84 €	92,48%
	TOTAL	13.500.000,00 €	14.002.612,37 €	12.863.534,76 €	91,87%



No ano 2016 as despesas correntes totalizaram 7.111.282,35 euros atingindo uma taxa de execução de 78,31%, enquanto as despesas de capital totalizaram 3.893.759,91 euros com uma taxa de execução de 82,57%. No global, a execução da despesa foi de 79,76% correspondendo ao valor de 11.005.042,26 euros.

Comparativamente com o ano 2015, apesar de a taxa de execução ter sido inferior, o valor das despesas correntes foi superior em 501.267,43 euros, e as despesas de capital foram inferiores em 2.359.759,93 euros, e a taxa de execução inferior em cerca de 10%.



NATUREZA	2016	PESO	2015	PESO
DESPESAS CORRENTES	7.111.282,35 €	65%	6.610.014,92 €	51%
DESPESAS DE CAPITAL	3.893.759,91 €	35%	6.253.519,84 €	49%
TOTAL DE DESPESAS	11.005.042,26 €		12.863.534,76 €	

Por outro lado, no ano 2016 as despesas correntes têm no total das despesas da Autarquia um peso de 65%, representando as despesas de capital um peso de 35%.

No ano 2015, as despesas correntes tinham no total das despesas da Autarquia um peso de 51%, as despesas de capital um peso de 49%.

DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes encontram-se desagregadas em cinco grupos:

- Pessoal;
- Aquisição de bens e serviços;
- Juros e outros encargos;
- Transferências correntes;
- Outras despesas correntes.

Na despesa corrente estão agrupadas todas as despesas segmentadas que o Município efetua de forma contínua para assegurar o seu funcionamento. São permanentes e por isso constantes no seu compromisso, sob pena de graves prejuízos no curto, médio e longo prazo, tanto para a Autarquia, na medida em que pode concorrer para uma contraprestação em bens e serviços indispensáveis à concretização dos objetivos que persegue, como para a comunidade em geral, uma vez que esta não pode deixar de usufruir, total ou parcialmente, dos serviços públicos que deveriam estar disponíveis para sua utilização efetiva ou potencial.

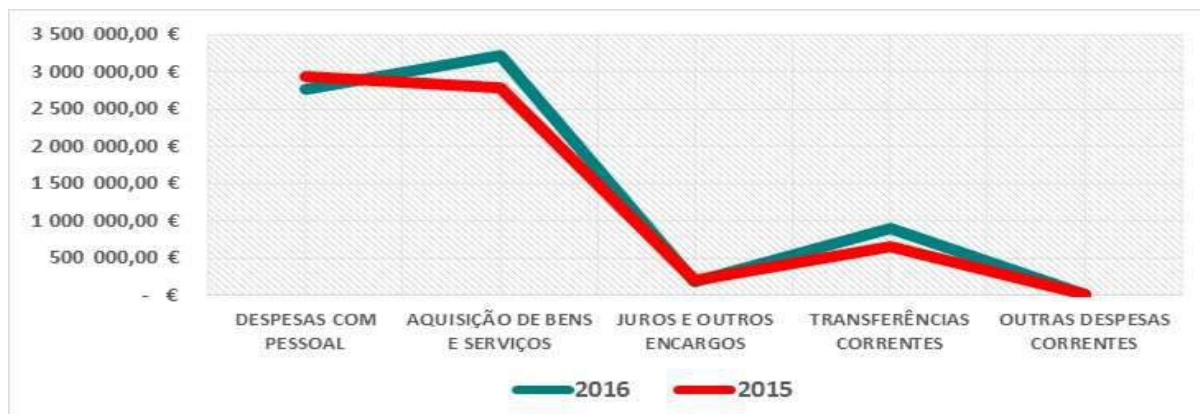


O valor da execução do orçamento despesa corrente paga situou-se nos 78,31%, sendo que estas percentagens foram obtidas em função dos valores corrigidos dos documentos previsionais.

DESCRIÇÃO	2016				
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO FINAL	DESPESA PAGA	PESO ESTRUTURAL (CORRENTE)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO
					%
DESPESAS COM PESSOAL	2.889.532,20 €	2.778.297,05 €	39,07%	25,25%	96,15%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.873.445,45 €	3.228.775,02 €	45,40%	29,34%	66,25%
Aquisição de Bens	1.466.942,19 €	858.843,82 €	12,08%	7,80%	58,55%
Aquisição de Serviços	3.406.503,26 €	2.369.931,20 €	33,33%	21,53%	69,57%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	242.222,19 €	183.123,09 €	2,58%	1,66%	75,60%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.057.068,63 €	905.321,37 €	12,73%	8,23%	85,64%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.100,00 €	15.765,82 €	0,22%	0,14%	82,54%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	9.081.368,47 €	7.111.282,35 €	100,00%	64,62%	78,31%

A despesa corrente apresenta em 2016 um valor superior ao de 2015, representando um aumento de 7,58% tendo totalizado 7.111.282,35 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 78,31% e representando 64,62% do valor da despesa total.

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
DESPESA CORRENTE	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA		
DESPESAS COM PESSOAL	2.778.297,05 €	2.933.906,89 € -	155.609,84 €	-5,30%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.228.775,02 €	2.781.810,31 €	446.964,71 €	16,07%
Aquisição de Bens	858.843,82 €	573.057,75 €	285.786,07 €	49,87%
Aquisição de Serviços	2.369.931,20 €	2.208.752,56 €	161.178,64 €	7,30%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	183.123,09 €	213.108,39 € -	29.985,30 €	-14,07%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	905.321,37 €	666.448,92 €	238.872,45 €	35,84%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.765,82 €	14.740,41 €	1.025,41 €	6,96%
TOTAL DESPESA CORRENTE	7.111.282,35 €	6.610.014,92 €	501.267,43 €	7,58%



DESPESAS COM PESSOAL

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
DESPESAS CORRENTES	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA		
DESPESAS COM PESSOAL	2.778.297,05 €	2.933.906,89 €	- 155.609,84 €	-5,30%
Remunerações Certas e Permanentes	2.098.050,76 €	2.276.631,07 €	- 178.580,31 €	-7,84%
Abonos Variáveis ou Eventuais	35.901,60 €	41.007,20 €	- 5.105,60 €	-12,45%
Segurança Social	644.344,69 €	616.268,62 €	28.076,07 €	4,56%

Os gastos com pessoal correspondem a 25,25% da despesa global do Município, mantendo-se em níveis em que não representam um constrangimento para a execução dos restantes compromissos da despesa.

O decréscimo do valor da despesa com pessoal em 5,30% equivalente a 155.609,84 euros, está em parte relacionado com a alteração contabilística dos custos suportados com beneficiários de estágios e beneficiários de programas ocupacionais por contrapartida da rubrica de transferências correntes, bem como pelo facto de no ano 2016 o custo e o número de estagiários do PEPAL ter sido inferior ao custo suportado no ano 2015.

Município de Moimenta da Beira



As remunerações certas e permanentes são o agregado com maior relevância no total da despesa com pessoal totalizando 2.098.050,76 euros refletindo uma diminuição de 178.580,31 euros.

Do agregado Abonos variáveis ou eventuais fazem parte as despesas com senhas de presença dos eleitos, trabalho extraordinário, ajudas de custo e abonos para falhas. Verifica-se uma diminuição de 12,45 % equivalente a 5.105,60 euros no ano 2016 face ao ano 2015.

Na rubrica Segurança Social, que totaliza 644.344,69 euros, assistimos a um acréscimo no valor de 28.076,07 euros 4,56% face ao ano 2015.

As despesas com maior significado são: as contribuições da Autarquia, como entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e as despesas com Saúde dos funcionários, vulgarmente conhecida como “ADSE”. Quanto a esta matéria, é de referir, que são as Autarquias que suportam de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares.

A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

A partir de 2010, como consequência das alterações legislativas introduzidas pelo Orçamento de Estado e Decreto-Lei de execução Orçamental, as autarquias passaram a pagar por conta (antecipadamente, com base numa estimativa), as despesas com cuidados médicos efetuados em estabelecimentos pertencentes ao S.N.S pelos trabalhadores do Município.

No exercício de 2014 e de acordo com o definido pelo artigo 81º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2014), da taxa de contribuição para a CGA do Município aumentou de 20% para 23,75%.

Município de Moimenta da Beira

Já no ano 2013, nos termos do artigo 79.º do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 66 B/2012, de 31 de dezembro), a comparticipação dos Municípios para a CGA, que incide sobre as remunerações dos trabalhadores, aumentou de 15% para 20%.

A contribuição para o Instituto de Gestão financeira da Segurança Social (funcionários admitidos após 31-12-2005) registou também um aumento desde 2013, passando de 22,3% para 22,75%, por força do n.º 2 do artigo 116.º do Orçamento de Estado de 2013.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES

Com a informação seguinte, pretende-se analisar a evolução do número de colaboradores / funcionários ao longo dos últimos anos.

Verificamos que no ano 2016 o número global de colaboradores totaliza 137, desagregado em pessoal afeto ao serviço 124, e pessoal alocado à educação 13. O acréscimo de 3 colaboradores afetos ao serviço, explica-se pela admissão de 5 colaboradores (que anteriormente estavam em funções como prestadores de serviços) e pela saída de 2 colaboradores (1 mobilidade, 1 licença sem vencimento). Quanto ao número de colaboradores contratados a termo certo, estão afetos à educação, no ano 2016 com uma variação de 1 colaborador adicional, trata-se de algumas situações com contrato (tempo parcial) com vínculo até 24 de junho de 2017.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal ao Serviço (*)	134	130	128	126	123	121	124
Pessoal contratados a tempo parcial (afetos à educação)	15	16	16	8	9	12	13
TOTAL	149	146	144	134	132	133	137

(*) Não inclui eleitos locais



Através dos quadros seguintes, é possível verificar a distribuição dos 124 colaboradores por escalões etários e género, por nível de escolaridade e antiguidade no serviço.

Quadro 1 - Contagem por escalão etário e género em DEZ/2016										
		Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Fiscal Municipal	GAP	Total	%
Menos de 20 Anos	H								0	0%
	M								0	0%
	Total								0	0%
20-24	H								0	0%
	M								0	0%
	Total								0	0%
25-29	H								0	0%
	M								0	0%
	Total								0	0%
30-34	H		1				2		3	2%
	M								0	0%
	Total		1				2		3	2%
35-39	H	1	7	1					9	7%
	M		3	3	1				7	6%
	Total	1	10	4	1				16	13%
40-44	H	1	3	4	2				10	8%
	M		5	2				1	7	6%
	Total	1	8	6	2			1	18	15%
45-49	H	1	4	1	1	1			8	6%
	M			4	4				8	6%
	Total	1	4	5	5	1			16	13%
50-54	H		3	2	17		1		23	19%
	M			4	3				7	6%
	Total		3	6	20		1		30	24%
55-59	H	1	2	3	14	1	1	1	23	19%
	M		2	4	1				7	6%
	Total	1	4	7	15	1	1	1	30	24%
60-64	H			1	7				8	6%
	M		1		1				2	2%
	Total		1	1	8				10	8%
65-69	H				1				1	1%
	M								0	0%
	Total				1				1	1%
70 ou mais Anos	H								0	0%
	M								0	0%
	Total								0	0%
Total	H	4	19	12	42	2	5		84	68%
	M	0	12	17	10	0	1		40	32%
	Total	4	31	29	52	2	4	2	124	100%

Quadro 2 - Contagem por nível de escolaridade e género em DEZ/2016										
		Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Fiscal municipal	GAP	Total	%
Menos de 4 anos de Escolaridade	H				1				1	1%
	M								0	0%
	Total				1				1	1%
4 Anos de Escolaridade	H				17				17	14%
	M								0	0%
	Total				17				17	14%
6 Anos de Escolaridade	H				17				17	14%
	M				2				2	2%
	Total				19				19	15%
9 Anos ou Equivalente	H			1	6				7	6%
	M			2	1				3	2%
	Total			3	7				10	8%
11 Anos de Escolaridade	H			2			1		3	2%
	M								0	0%
	Total			2			1		3	2%
12 Anos de Escolaridade (ou equivalente)	H		1	9	1	1	3	1	16	13%
	M		1	14	7				22	18%
	Total		2	23	8	1	3	1	38	31%
Bacharelato	H		2						2	2%
	M		1						1	1%
	Total		3						3	2%
Licenciatura	H	4	16			1			21	17%
	M		10	1				1	12	10%
	Total	4	26	1		1		1	33	27%
Mestrado	H								0	0%
	M								0	0%
	Total								0	0%
Doutoramento	H								0	0%
	M								0	0%
	Total								0	0%
Total	H	4	19	12	42	2	4	1	84	68%
	M	0	12	17	10	0	0	1	40	32%
	Total	4	31	29	52	2	4	2	124	100%



Quadro 3 - Contagem por antiguidade na função pública e género em DEZ/2016									
		Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Fiscal Municipal	Total	%
Até 5 Anos	H		3	1				4	
	M		1					1	
	Total	0	4	1	0	0	0	5	4,03%
5-9 Anos	H	1	6	1	3		1	12	
	M		1	3	6			10	
	Total	1	7	4	9	0	1	22	17,74%
10-14 Anos	H	1	5	1	3		1	11	
	M		5	2				7	
	Total	1	10	3	3	0	1	18	14,52%
15-19 Anos	H	1	1	2	3			7	
	M		2	9	3			14	
	Total	1	3	11	6	0	0	21	16,94%
20-24 Anos	H		2	2	6			10	
	M			1				1	
	Total	0	2	3	6	0	0	11	8,87%
25-29 Anos	H		2	3	12	1		18	
	M		2	1				3	
	Total	0	4	4	12	1	0	21	16,94%
30-34 Anos	H			2	5		2	9	
	M		1	1	1			3	
	Total	0	1	3	6	0	2	12	9,68%
35-39 Anos	H	1			10			11	
	M			1				1	
	Total	1	0	1	10	0	0	12	9,68%
40 ou mais Anos	H			1		1		2	
	M							0	
	Total	0	0	1	0	1	0	2	1,61%
Total	H	4	19	13	42	2	4	84	
	M	0	12	18	10	0	0	40	
	Total	4	31	31	52	2	4	124	

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Nesta rubrica, estão incluídas a maioria das despesas municipais, com a aquisição de serviços e bens de consumo de índole operacional, nomeadamente: Aquisição de água, combustíveis, eletricidade, seguros, comunicações, reparações, transportes escolares, trabalhos

Município de Moimenta da Beira

especializados, etc, necessários ao funcionamento da estrutura orgânica Municipal, e que permitem a prestação de um conjunto diversificado de serviços à comunidade.

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
DESPESAS CORRENTES	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA		
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.228.775,02 €	2.781.810,31 €	446.964,71 €	16,07%
Aquisição de Bens	858.843,82 €	573.057,75 €	285.786,07 €	49,87%
Combustíveis e Lubrificantes	183.677,19 €	163.477,34 €	20.199,85 €	12,36%
Limpeza e Higiene	4.196,43 €	5.613,40 €	- 1.416,97 €	-25,24%
Vestuário e artigos pessoais	4.799,32 €	2.812,90 €	1.986,42 €	70,62%
Material de escritório	5.743,46 €	8.402,87 €	- 2.659,41 €	-31,65%
Prémios condecorações e ofertas	10.382,39 €	6.066,82 €	4.315,57 €	71,13%
Água	493.196,91 €	225.283,08 €	267.913,83 €	118,92%
Outros	156.848,12 €	161.401,34 €	- 4.553,22 €	-2,82%
Aquisição de Serviços	2.369.931,20 €	2.208.752,56 €	161.178,64 €	7,30%
Encargos de Instalações	734.606,10 €	656.004,87 €	78.601,23 €	11,98%
Conservação de bens	15.133,06 €	10.589,56 €	4.543,50 €	42,91%
Comunicações	63.806,06 €	74.139,87 €	- 10.333,81 €	-13,94%
Transportes	460.857,21 €	431.712,27 €	29.144,94 €	6,75%
Seguros	25.343,03 €	27.441,78 €	- 2.098,75 €	-7,65%
Estudos, parceres, projectos	14.670,84 €	12.754,65 €	1.916,19 €	15,02%
Assistência técnica	24.417,03 €	20.224,82 €	4.192,21 €	20,73%
Outros trabalhos especializados	639.517,88 €	626.793,34 €	12.724,54 €	2,03%
Encargos de cobrança de receitas	63.001,54 €	59.624,10 €	3.377,44 €	5,66%
Outros	328.578,45 €	289.467,30 €	39.111,15 €	13,51%

Os montantes pagos pelo Município com aquisição de bens e serviços durante o ano 2016, cujo valor global atingiu os 3.228.775,02 euros. Quando comparado com o ano anterior, verifica-se que esta despesa paga aumentou 446.964,71 euros, em termos absolutos e 16,07% em termos relativos.

Relativamente à “Aquisição de Bens”, a despesa paga ascendeu a 858.843,82 euros, merecendo especial destaque os valores despendidos com “aquisição de água”, num total de 493.196,91 euros, seguindo-se o fornecimento de “Combustíveis e Lubrificantes”, com



183.677,19 euros e a rubrica “outros” com 156.848,12 euros. Nesta rubrica (outros) está contabilizada essencialmente o valor das refeições confeccionadas para o serviço de educação do pré-escolar e 1.º ciclo, cujo pagamento ascendeu a 110.408,35 euros. A adição das três rubricas representa 97 % dos valores pagos em 2016, pelo que os restantes montantes têm um carácter residual.

Quanto à rubrica “Aquisição de Serviços”, as despesas pagas ascenderam a 2.369.931,20 euros.

Das principais rubricas que integram a aquisição de serviços, destacam-se os “Encargos com as instalações - Eletricidade”, cuja incidência é de 31% no valor global despendido com esta rubrica. Este montante inclui os encargos com a energia consumida com iluminação pública, e dos diferentes equipamentos os quais ascenderam a 734.606,10 euros.

Seguidamente, por ordem de grandeza, a rubrica “outros trabalhos especializados” que totalizaram 639.517,88 euros. Nesta rubrica contabilizam-se os pagamentos de serviços de tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, bem como dos serviços técnicos de suporte e acompanhamento /outsourcing adjudicados a terceiros.

A rubrica de “Transportes” também significativa, encerrou o ano com quantias pagas no valor de 460.857,21 euros, incluindo os gastos com os transportes escolares e representa 19% do total da rubrica de aquisição de serviços pagos.

Finalmente, as despesas com “Encargos de Cobrança de Receita” foram de 63.001,54 euros. Nesta rubrica são refletidos os gastos com os encargos da Autoridade Tributária e Aduaneira pela cobrança dos impostos municipais, bem como encargos de cobrança de água pagos ao CTT e instituições bancárias.

JUROS E OUTROS ENCARGOS

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
DESPESAS CORRENTES	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA		
JUROS E OUTROS ENCARGOS	183.123,09 €	213.108,39 €	- 29.985,30 €	-14,07%
Empréstimos de Curto Prazo	216,36 €	- €	216,36 €	100,00%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	65.501,83 €	97.009,30 €	- 31.507,47 €	-32,48%
Outros Encargos Financeiros	117.404,90 €	116.099,09 €	1.305,81 €	1,12%

A rubrica de Juros e Outros Encargos inclui o pagamento de juros relativamente aos empréstimos de curto, médio e longo prazo, e ainda os juros debitados por fornecedores, alguns relativos aos acordos de regularização de dívida e planos de amortização.

Através desta rubrica foram pagos 183.123,09 euros, o que significa que ocorreu uma diminuição de 29.985,30 euros equivalente a 14,07% face ao ano anterior.

Quanto ao acréscimo dos juros de empréstimos médio longo prazo, que apresentam um decréscimo de 32,48% é explicado pela redução do número e valor em dívida de empréstimos.

O detalhe dos juros e empréstimos podem ser analisados no mapa de empréstimos anexo.

Quanto à rubrica de outros juros, o valor em causa é justificado sobretudo pelo pagamento de juros relativos a regularização da dívida com a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro S.A. / Águas do Norte S.A e EDP.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes integram os projetos e ações do Plano de Atividades Municipal.

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
DESPESAS CORRENTES	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	905.321,37 €	666.448,92 €	238.872,45 €	35,84%
Sociedades e Quase Sociedades não				
Financeiras - Privadas	- €	- €	- €	0,00%
Administração Central Estado	48.583,47 €	39.870,63 €	8.712,84 €	21,85%
Administração Local				0,00%
Freguesias	308.642,79 €	223.175,54 €	85.467,25 €	38,30%
Associação de Municípios	65,17 €	65,17 €	- €	0,00%
Outros		- €	- €	0,00%
Instituições Sem Fins Lucrativos	332.515,59 €	394.942,78 €	- 62.427,19 €	-15,81%
Famílias	215.514,35 €	8.394,80 €	207.119,55 €	2467,24%

Estão incluídas nesta rubrica os pagamentos resultantes de Transferências e Subsídios pagos que totalizaram em 2016, 905.321,37 euros, valor superior em 35,84%, equivalente a 238.872,45 euros, comparativamente com o ano 2015.

São considerados essencialmente os montantes transferidos para as Juntas de Freguesia, Instituições sem fins lucrativos no âmbito dos protocolos assinados e deliberações com estas entidades, bem como transferências para a Administração Central Estado (que reflete o Agrupamento Vertical de Escolas) e famílias.

Esta rubrica corresponde a 12,73 % da despesa corrente paga e a 8,23 % da despesa total, e teve uma execução de 85,64%, tendo em conta os montantes pagos vs orçamentados.

Relativamente ao ano anterior, o aumento verificado, é justificado sobretudo pelo aumento do valor pago às Freguesias e famílias. Na rubrica de “famílias” estão contabilizados os valores pagos no âmbito dos programas CEI e CEI + e PEPAL, entretanto comparticipados pelo IEFP e SS respetivamente.

As transferências para as Juntas de Freguesia pressupõem o apoio na delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia.

Município de Moimenta da Beira



As transferências para a Administração Central estão associadas ao pagamento realizado ao Agrupamento de Escolas.

As transferências realizadas para as instituições sem fins lucrativos pressupõem o apoio a entidades de índole cultural, desportivo e humanitário, bem como relativamente à aquisição do serviço de refeições, ATL e transportes.

DESPESA DE CAPITAL

As despesas de Investimento a seguir mencionadas, são parte integrante e têm a sua subdivisão, quanto à sua forma de realização no:

- Plano Plurianual de Investimentos, onde são incluídos neste documento os projetos que traduzem investimentos diretos da autarquia,
- Plano de Atividades Municipal – Transferências de Capital – reflete o investimento indireto da autarquia, que se traduz em transferências para investimentos e outras Administrações (Freguesias, Associações de Municípios e outras Instituições)

Também contemplam os valores pagos inerentes a Ativos Financeiros (participações ou aplicações financeiras) e Passivos Financeiros (amortização de Empréstimos).

Sobre as despesas de capital ou de investimento os quadros seguintes demonstram que durante o ano de 2016 o Município reservou 35,38% das suas receitas, tendo a execução atingido 82,57%:





PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016



DESCRIÇÃO	2016				
DESPESAS DE CAPITAL	ORÇAMENTO FINAL	DESPESA PAGA	PESO ESTRUTURAL (CAPITAL)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.698.431,88 €	1.948.783,41 €	50,05%	17,71%	72,22%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	348.623,24 €	276.249,43 €	7,09%	2,51%	79,24%
ATIVOS FINANCEIROS	71.127,00 €	71.125,00 €	1,83%	0,65%	100,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	1.597.603,75 €	1.597.602,07 €	41,03%	14,52%	100,00%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	4.715.785,87 €	3.893.759,91 €	100,00%	35,38%	82,57%

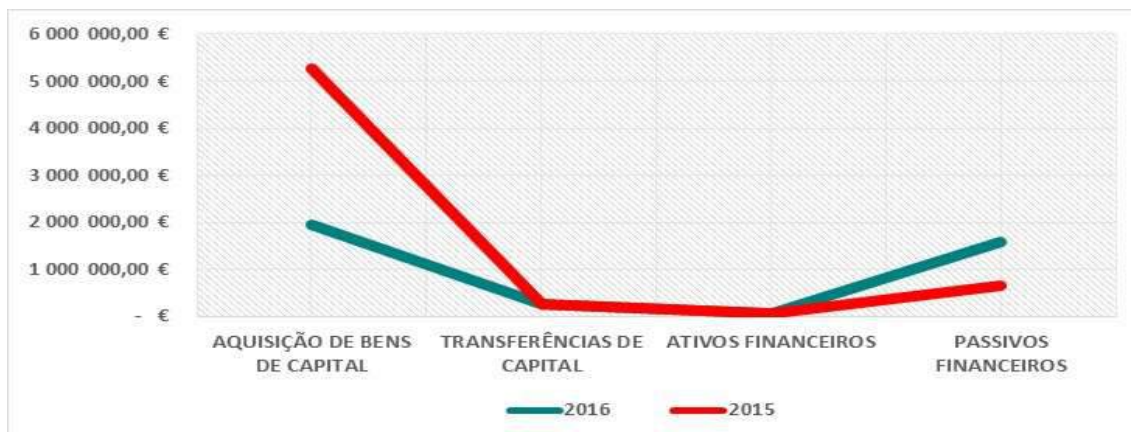
O quadro seguinte, espelha uma diminuição significativa dos montantes aplicados nos investimentos em infraestruturas municipais, equipamentos coletivos (aquisição de bens de capital). Por outro lado assistimos a um aumento ligeiro dos apoios a freguesias, instituições e coletividades (transferências de capital), e um aumento muito significativo da rubrica de passivos financeiros (empréstimos).

Em termos globais, constatamos que o decréscimo na execução no ano 2016 face ao ano 2015 foi inferior em 37,73%, no valor de 2.359.759,93 euros, contribuindo negativamente a forte redução da rubrica de aquisição de bens de capital e contribuindo positivamente o acréscimo superior a 938.885,71€ na rubrica de passivos financeiros.

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
DESPESAS DE CAPITAL	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA		
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.948.783,41 €	5.255.494,10 €	- 3.306.710,69 €	-62,92%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	276.249,43 €	268.184,38 €	8.065,05 €	3,01%
ACTIVOS FINANCEIROS	71.125,00 €	71.125,00 €	- €	0,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	1.597.602,07 €	658.716,36 €	938.885,71 €	142,53%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	3.893.759,91 €	6.253.519,84 €	- 2.359.759,93 €	-37,73%

Município de Moimenta da Beira





AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Detalhando as despesas de capital por rubrica, em 2016 em “Aquisições de Bens de Capital” foram pagos 1.948.783,41 euros em investimento, menos 3.306.710,69 euros do que no ano anterior.

Tal como já referido anteriormente, para esta situação contribuiu o facto de no ano 2016 ter havido praticamente um “vazio” quanto à aplicação estratégica do novo programa de fundos comunitários “Portugal 2020”, daí que a sua não execução seja o reflexo dos valores orçamentais executados quanto aos investimentos.

Contrariamente no ano 2015, o Município executou e atingiu o “record” quanto à maximização e rentabilização de fundos comunitários aplicados em investimentos. Foram o caso da execução das obras da CREP – Circular rodoviária Externa Poente, da Ampliação do Parque Industrial, do projeto de Defesa da Floresta – rede primária e secundária, vários investimentos no âmbito da eficiência energética na iluminação pública e em edifícios no Balcão Único de Atendimento (BUA).

Assim, é esta a explicação para o forte decréscimo na redução dos valores de investimento realizados no ano 2016 quando comparamos com o ano 2015.

Município de Moimenta da Beira

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
DESPESAS DE CAPITAL	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA		
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.948.783,41 €	5.255.494,10 €	- 3.306.710,69 €	-62,92%
Terrenos	126.271,99 €	344.581,59 €	- 218.309,60 €	-63,35%
Habitacões	20.759,42 €	72.507,00 €	- 51.747,58 €	-71,37%
Edifícios	234.822,92 €	54.676,11 €	180.146,81 €	329,48%
Construções Diversas	1.213.730,44 €	3.825.165,59 €	- 2.611.435,15 €	-68,27%
Material de Transportes	30.143,99 €	18.279,56 €	11.864,43 €	64,91%
Equipamento de Informática	9.501,85 €	73.381,19 €	- 63.879,34 €	-87,05%
Equipamento Administrativo	1.584,29 €	- €	1.584,29 €	100,00%
Equipamento Básico	34.252,27 €	36.678,14 €	- 2.425,87 €	-6,61%
Outros Investimentos	271.588,16 €	830.224,92 €	- 558.636,76 €	-67,29%
Bens de Domínio Público	6.128,08 €	- €	6.128,08 €	100,00%

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

No ano 2016, o Município aumentou o valor das transferências de capital em 3,01% face ao ano 2015.

A rubrica de transferências de capital contemplam as importâncias cedidas por conta do orçamento municipal destinadas a financiar despesas de capital realizada por outras instituições ou entidades.

Estas transferências tiveram um peso de 7,09% no total da despesa de capital paga e de 2,51% da despesa global.

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
DESPESAS DE CAPITAL	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	276.249,43 €	268.184,38 €	8.065,05 €	3,01%
Freguesias	28.345,19 €	107.482,26 €	- 79.137,07 €	-73,63%
Associações de Municípios	156.654,24 €	94.827,12 €	61.827,12 €	65,20%
Instituições Sem Fins Lucrativos	91.250,00 €	65.875,00 €	25.375,00 €	38,52%

Município de Moimenta da Beira



As transferências de capital destinaram-se essencialmente às Associações de Municípios (designadamente Associação de Municípios do Vale do Távora) 156.654,24 euros, mais 65,20% ou seja 61.827,12 euros, do que no ano 2015, para pagamento de processos com antiguidade considerável que estavam em contencioso, designadamente a Consolidação da Malha Viária Intermunicipal (Beneficiação da EM. 514) [Valor pago 66.396,36 euros] e EN 323 - Beneficiação entre Tabuaço e Moimenta da Beira [Valor pago 87.257,88 euros].

O valor pago às Freguesias no âmbito dos protocolos celebrados ou outras deliberações ascendeu a 28.345,19 euros enquanto no ano anterior o valor foi de 107.482,26 euros, menos 73,63 % do que no ano 2015. Para esta situação contribuiu o facto de os protocolos anteriormente celebrados terem atingido o seu término, prevendo-se que os mesmos voltem a ser formalizados no ano 2017.

Quanto às outras Instituições sem fins lucrativos o valor pago ascendeu a 91.250,00 euros superior em 25.375,00 euros ou 38,52% face ao valor pago em 2015.

Em termos globais, o valor pago no ano 2016 foi superior ao ano 2015 em 8.065,05 euros, 3,01%.

ATIVOS FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
DESPESAS DE CAPITAL	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA		
ATIVOS FINANCEIROS	71.125,00 €	71.125,00 €	- €	0,00%
SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - FAM	71.125,00 €	71.125,00 €	- €	0,00%



O valor pago no ano 2016, relativamente à rubrica de Ativos Financeiros está associada à obrigatoriedade da comparticipação do Município para o FAM – Fundo de Apoio Municipal de acordo com a lei n.º 53/2014 de 25 de agosto.

O valor total que o Município terá ou irá pagar ao longo de 7 anos totalizará 497.875,41 euros correspondendo a 71.125,00 euros /ano. No ano 2016 procedeu-se ao pagamento da 2ª anuidade.

PASSIVOS FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. €	Var. %
DESPESAS DE CAPITAL	DESPESA PAGA	DESPESA PAGA		
PASSIVOS FINANCEIROS	1.597.602,07 €	658.716,36 €	938.885,71 €	142,53%
Empréstimos de Curto Prazo	250.000,00 €	- €	250.000,00 €	100,00%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	1.347.602,07 €	658.716,36 €	688.885,71 €	104,58%

Os valores pagos na rubrica de “Passivos financeiros”, num total de 1.347.602,07 euros, representam 41,03% do total das despesas de capital e 14,52 % do valor global da despesa em 2016, tendo aumentado significativamente em 142,53% em relação ao ano anterior.

Como se depreende, o aumento relevante no ano 2016 face ao ano 2015, é explicado pela utilização do empréstimo de curto prazo no valor de 250.000,00 euros (no ano 2015 não foi utilizado), que foi contraído junto do Banco Santander com um spread de 0,97% + Euribor a 6 meses (a média da Euribor no ano 2016 foi (-0,16%)), mas essencialmente pelo elevado valor de amortização dos empréstimos de médio e longo prazo que totalizou 1.347.602,07 euros quando no ano 2015 tinha sido 658.716,36 euros

Para esta situação contribui fortemente o valor pago da 1ª amortização extraordinária do PAEL realizada em 21.01.2016 que totalizou 727.457,66 euros, bem como as restantes prestações adicionais do PAEL e dos restantes financiamentos.

O quadro seguinte espelha detalhadamente a situação do valor amortizado dos empréstimos do município, bem como os saldos e valores ainda em dívida.

Instituição	Finalidade do Empréstimo	Capital Utilizado	Dívida 31.12.2013	Dívida em 31.12.2014	Dívida em 31.12.2016	Amortização no ano 2016	Dívida em 31.12.2016
CGD	Linha Bonificada - Requalificação do largo do Tabolado e seus acessos Nascente	143.090,15	71.545,04	62.601,91	53.658,78	8.943,13	44.715,65
CGD	Linha Bonificada - Complexo Turístico da Barragem do Vilar - Parque de Campismo (Conclusão)	74.031,58	18.551,23	12.367,49	6.183,75	6.183,75	0,00
CGD	Linha Bonificada - Reabilitação do Centro Histórico de Leomil- Largo do Outeiro	71.268,24	16.661,57	11.107,71	5.553,85	5.553,85	0,00
CGD	Linha Bonificada - Entradas na Vila de Moimenta da Beira - Norte e Sul	70.887,26	15.935,13	10.623,42	5.311,71	5.311,71	0,00
CGD	Linha Bonificada - Beneficiação da E.M 519 da E.N. 226 (Moimenta da Beira a Castelo)	71.202,86	16.006,05	10.670,70	5.335,35	5.335,35	0,00
CGD	Investimentos diversos	1.197.114,95	726.162,24	646.657,80	565.819,65	82.145,10	483.674,55
CGD	Saneamento Financeiro	2.294.470,00	227.894,61	0,00	0,00	0,00	0,00
CGD	Linha Bonificada - Habitação social	261.828,47	160.264,96	149.218,06	138.136,18	11.207,02	126.929,16
CGD	Linha Bonificada - Malha Viária	116.055,30	38.081,48	29.618,93	21.156,38	8.462,55	12.693,83
BPI	Construção do Pavilhão Municipal	422.554,27	358.306,38	335.147,99	311.693,76	23.864,51	287.829,25
DGTF	PREDE - ESTADO PORTUGUES - PROGRAMA PAGAR A TEMPO E HORAS	1.911.544,00	1.911.544,00	1.529.235,20	1.146.926,40	382.308,80	764.617,60
CCAM	PREDE - CREDITO AGRÍCOLA - PROGRAMA PAGAR A TEMPO E HORAS	2.867.317,00	300.335,76	0,00	0,00	0,00	0,00
DGTF	PAEL - ESTADO PORTUGUES	2.412.487,18	1.447.492,31	2.303.615,95	2.182.372,99	808.286,30	1.374.086,69
TOTAL		12.243.851,26	5.308.780,76	5.100.865,16	4.442.148,80	1.347.602,07	3.094.546,73

No final do ano 2016, o município tem contratado e em dívida 7 empréstimos, enquanto no final de 2015 detinha 11, daí que tenham terminado 4 empréstimos junto da CGD. Os empréstimos ainda em dívida dessagrem-se da seguinte forma:

- Estado Português – DGTF - (2): 2.138.704,29 euros
- Caixa Geral de Depósitos - CGD - (4): 668.013,19 euros

Município de Moimenta da Beira



- Banco BPI – BPI - (1): 287.829,25 euros

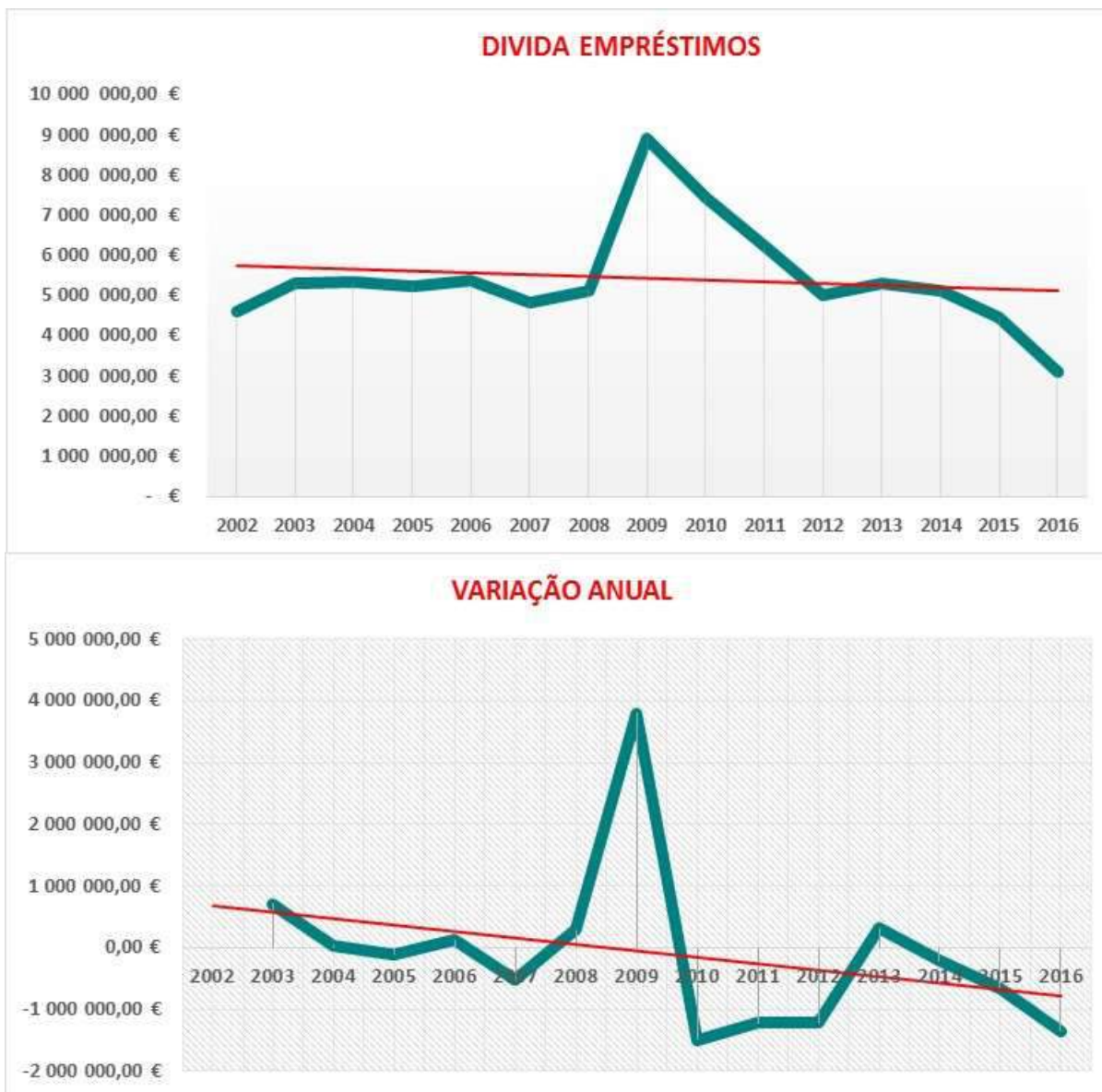
Como sempre, o Município de Moimenta da Beira, cumpriu na íntegra os planos de amortização de cada empréstimo, não havendo por isso qualquer imparidade existente para com o Município por qualquer entidade financeira.

Tal como mencionado nas diversas informações disponibilizadas à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, no ano 2009, o Município detinha 25 (vinte e cinco) empréstimos bancários. A redução verificada, traduz o esforço significativo que foi sendo feito em termos de redução do serviço de dívida da Autarquia, podendo agora afirmar-se que a situação atual é perfeitamente gerível e aceitável, pois o Município deixou de ter amortizações anuais obrigatórias muito superiores a 1 milhão de euros, passando para uma situação cujo valor anual ronda os 600.000,00 euros.

A evolução das amortizações e/ou contratações de empréstimos desde o ano 2002 até 2016 pode ser constatada através do quadro informativo seguinte:

EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

ANO	VALOR EM DIVIDA	VAR. € (Amort. / Aumento)	VAR. %
2002	4.587.707,55 €		
2003	5.301.427,88 €	713.720,33 €	16%
2004	5.336.786,44 €	35.358,56 €	1%
2005	5.237.080,62 € -	99.705,82 €	-2%
2006	5.364.241,98 €	127.161,36 €	2%
2007	4.839.017,95 € -	525.224,03 €	-10%
2008	5.125.256,87 €	286.238,92 €	6%
2009	8.924.341,71 €	3.799.084,84 €	74%
2010	7.433.863,29 € -	1.490.478,42 €	-17%
2011	6.212.756,90 € -	1.221.106,39 €	-16%
2012	4.993.822,23 € -	1.218.934,67 €	-20%
2013	5.308.780,76 €	314.958,53 €	6%
2014	5.100.865,16 € -	207.915,60 €	-4%
2015	4.442.148,80 € -	658.716,36 €	-13%
2016	3.094.546,73 € -	1.347.602,07 €	-30%
MÉDIA 2002 / 2016	5.420.176,32 € -	106.654,34 €	-0,5%
MÉDIA 2002 / 2009	5.589.482,63 €	619.519,17 €	12%
MÉDIA 2010 / 2016	5.226.683,41 € -	832.827,85 €	-13%
AUMENTO / AMORTIZAÇÃO DE 2002 A 2009		4.336.634,16 €	
AUMENTO / AMORTIZAÇÃO DE 2010 A 2016		5.829.794,98 €	



RÁCIOS DA ESTRUTURA DA DESPESA

Através do quadro seguinte podemos analisar alguns Rátios de Gestão relativos à estrutura da Despesa, comparando os anos 2016 e 2015:

Município de Moimenta da Beira

FÓRMULAS / RUBRICAS	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Despesas com Pessoal	2.778.297,05 €		2.933.906,89 €	
Despesa Corrente	7.111.282,35 €	39%	6.610.014,92 €	44%
Despesas com Pessoal	2.778.297,05 €		2.933.906,89 €	
Despesa Total	11.005.042,26 €	25%	12.863.534,76 €	23%
Aquisição de bens e serviços Correntes	3.228.775,02 €		2.781.810,31 €	
Despesa Total	11.005.042,26 €	29%	12.863.534,76 €	22%
Aquisição de bens de capital	1.948.783,41 €		5.255.494,10 €	
Despesa Total	11.005.042,26 €	18%	12.863.534,76 €	41%
Transferências Correntes	905.321,37 €		666.448,92 €	
Despesa Corrente	7.111.282,35 €	13%	6.610.014,92 €	10%
Transferências Correntes	905.321,37 €		666.448,92 €	
Despesa Total	11.005.042,26 €	8%	12.863.534,76 €	5%
Transferências de Capital	276.249,43 €		268.184,38 €	
Despesa de Capital	11.005.042,26 €	3%	6.253.519,84 €	4%
Transferências de Capital	276.249,43 €		268.184,38 €	
Despesa Total	11.005.042,26 €	3%	12.863.534,76 €	2%
Amortização de Empréstimos de CP	250.000,00 €		- €	
Despesa Total	11.005.042,26 €	2%	12.863.534,76 €	0%
Amortização de Empréstimos de MLP	1.347.602,07 €		658.716,36 €	
Despesa Total	11.005.042,26 €	12%	12.863.534,76 €	5%
Serviço da Dívida	1.780.725,16 €		755.725,66 €	
Despesa Total	11.005.042,26 €	16%	12.863.534,76 €	6%
Despesa de Capital	3.893.759,91 €		6.253.519,84 €	
Despesa Total	11.005.042,26 €	35%	12.863.534,76 €	49%
Despesa Corrente	7.111.282,35 €		6.610.014,92 €	
Despesa Total	11.005.042,26 €	65%	12.863.534,76 €	51%
Despesa Total	11.005.042,26 €		12.863.534,76 €	
População (Fonte: DGAL)	10.106	1.088,96 €	10.106	1.272,86 €

Da análise ao quadro anterior, podemos constatar que o impacto da redução do valor global da despesa no ano 2016 face ao ano 2015 influencia em alguns casos a comparabilidade dos dados.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Município de Moimenta da Beira



As intervenções desenvolvidas pelos diferentes setores municipais são organizados por objetivos, programas, projetos e ações.

O quadro seguinte mostra as estruturas das Grandes Opções do Plano por objetivos ou funções, comparando a previsão orçamental inicial e final, com a execução física final ou valor pago.

RESUMO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP'S						
Código	Classificação Funcional	GOP'S 2016				
		Previsão		Execução Valor	Execução	
		Inicial	Final		Exec. %	Exec. %
		(a)	(b)	(c)	(c)/(a)	(c)/(b)
1.	FUNÇÕES GERAIS	595.275,80 €	605.002,10 €	485.269,26 €	81,5%	80,2%
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	310.775,80 €	326.960,27 €	207.731,63 €	66,8%	63,5%
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	284.500,00 €	278.041,83 €	277.537,63 €	97,6%	99,8%
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	4.983.525,25 €	4.783.947,93 €	3.050.836,32 €	61,2%	63,8%
2.1.	EDUCAÇÃO	1.034.064,35 €	1.034.969,94 €	762.381,65 €	73,7%	73,7%
2.1.1.	Ensino não superior	425.000,00 €	223.868,00 €	167.784,40 €	39,5%	74,9%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	609.064,35 €	811.101,94 €	594.597,25 €	97,6%	73,3%
2.2.	SAÚDE	5.000,00 €	1,00 €	- €	0,0%	0,0%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	5.000,00 €	1,00 €	- €	0,0%	0,0%
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	129.211,66 €	82.548,06 €	62.939,36 €	48,7%	76,2%
2.3.2.	Ação Social	129.211,66 €	82.548,06 €	62.939,36 €	48,7%	76,2%
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	3.188.149,24 €	2.843.009,20 €	1.548.931,88 €	48,6%	54,5%
2.4.1.	Habitação	23.000,00 €	7.006,00 €	5.059,36 €	22,0%	72,2%
2.4.2.	Ordenamento do território	747.000,00 €	574.597,80 €	305.169,14 €	40,9%	53,1%
2.4.3.	Saneamento	658.935,10 €	600.228,52 €	280.002,98 €	42,5%	46,6%
2.4.4.	Abastecimento de Água	1.001.115,21 €	974.824,29 €	534.238,72 €	53,4%	54,8%
2.4.5.	Resíduos Sólidos	192.500,00 €	180.771,34 €	148.174,98 €	77,0%	82,0%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	565.598,93 €	505.581,25 €	276.286,70 €	48,8%	54,6%
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	627.100,00 €	823.419,73 €	676.583,43 €	107,9%	82,2%
2.5.1.	Cultura	258.000,00 €	329.167,73 €	272.956,88 €	105,8%	82,9%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	367.100,00 €	432.002,00 €	356.876,55 €	97,2%	82,6%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	2.000,00 €	62.250,00 €	46.750,00 €	2337,5%	75,1%
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.266.797,12 €	2.453.937,25 €	2.519.568,71 €	111,2%	102,7%
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	281.500,00 €	38.706,80 €	22.177,02 €	7,9%	57,3%
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	1.021.246,14 €	1.106.279,48 €	881.830,01 €	86,3%	79,7%
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	804.392,06 €	1.151.731,19 €	1.481.263,81 €	184,1%	128,6%
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	139.658,92 €	132.218,78 €	124.885,07 €	89,4%	94,5%
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	20.000,00 €	25.001,00 €	9.412,80 €	47,1%	37,6%
4.	OUTRAS FUNÇÕES	2.083.132,12 €	2.326.354,07 €	2.135.446,96 €	102,5%	91,8%
4.1.	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	1.427.174,83 €	1.838.030,94 €	1.779.646,45 €	124,7%	96,8%
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	653.207,29 €	483.671,13 €	351.708,13 €	53,8%	72,7%
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	2.750,00 €	4.652,00 €	4.092,38 €	148,8%	88,0%
TOTAL GERAL		9.928.730,29 €	10.169.241,35 €	8.191.121,25 €	82,50%	80,55%

A informação do quadro anterior apresenta a evolução das Grandes Opções do Plano no último ano, traduzindo os investimentos em articulação com as transferências efetuadas, correntes e de capital, bem como a relação de todos os projetos que constam do mapa das atividades mais relevantes.

Relevante é o facto de terem sido pagos 8.191.121,25 euros de um total de 10.169.241,35 euros em diversos investimentos realizados.

Na análise da intervenção setorial do Município no exercício de 2016, destacam-se as operações de dívida autárquica (serviço de dívida – capital e juros) com o valor pago de 1.779.646,45 euros, habitação e serviços coletivos (incluía reabilitação urbana, ordenamento do território, abastecimento de água, águas residuais, RSU, proteção ambiental e espaços verdes com 1.548.931,88 euros, transportes e comunicações com 1.481.263,81 euros, indústria e energia 881.830,01, que dizem maioritariamente respeito aos encargos com a iluminação pública do Concelho), como sendo as áreas em que existiram um maior nível de gastos por parte do Município, em projetos e atividades.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - PPI						
Código	Classificação Funcional	PPI 2016				
		Previsão		Execução Valor	Execução	
		Inicial	Final		Exec. %	Exec. %
		(a)	(b)	(c)	(c)/(a)	(c)/(b)
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	109.500,00 €	110.504,00 €	74.290,09 €	67,84%	67,23%
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	200.000,00 €	208.038,64 €	208.037,63 €	104,02%	100,00%
2.1.	EDUCAÇÃO	350.000,00 €	149.577,00 €	112.724,84 €	32,21%	75,36%
2.2.	SAÚDE	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	1.109.516,69 €	804.957,17 €	468.754,81 €	42,25%	58,23%
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	88.500,00 €	92.502,00 €	72.534,76 €	81,96%	78,41%
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	272.500,00 €	18.203,80 €	9.684,06 €	3,55%	53,20%
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	371.246,14 €	199.354,54 €	147.223,91 €	39,66%	73,85%
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	645.737,82 €	998.075,95 €	1.294.411,39 €	200,45%	129,69%
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	124.658,92 €	117.218,78 €	116.277,77 €	93,28%	99,20%
4	OUTRAS NÃO ESPECIFICADAS	71.125,00 €	71.125,00 €	71.125,00 €	0,00%	0,00%
TOTAL GERAL		3.342.784,57 €	2.769.556,88 €	2.575.064,26 €	77,03%	92,98%

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) atingiu no ano 2016 um valor baixo comparando com os anos anteriores, alcançando os 2.575.064,26 euros. No entanto, se considerarmos o



valor obtido das transferências do FEF capital adicionado dos Fundos Comunitários verificamos que estes totalizam apenas 957.477,83 euros, pelo que o Município direcionou para investimento mais 1.617.586,43 euros.

O Plano Plurianual de Investimentos tem um horizonte móvel de 4 anos e inclui os projetos e ações a realizar pelo Município no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respetiva previsão de despesa, porém, a sua execução está diretamente relacionada com os apoios ao investimento obtidos.

FUNÇÕES SOCIAIS

As funções sociais representaram 25% do investimento realizado e pago em 2016, concretamente 654.014,41 euros. Integram os investimentos realizados na educação, ordenamento do território, água e saneamento, proteção do meio ambiente e serviços culturais, recreativos e religiosos.

FUNÇÕES ECONÓMICAS

Como é habitual em outros anos, os investimentos em funções económicas mantêm a tendência de serem os maiores elevados. No ano 2016 representaram 61%, num montante de 1.567.587,19 euros. Este valor inclui os investimentos efetuados na rubrica “Transportes Rodoviários” que absorveu 1.294.411,39 euros, seguindo-se a rubrica “Indústria e Energia” com 147.223,91 euros, comércio e turismo com gastos de 116.277,77 euros e a “Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca” com gastos de 9.684,06 euros.

FUNÇÕES GERAIS





O valor pago com Funções Gerais totalizou 282.327,72 euros e destaca-se a Segurança e Ordem Pública com 208.037,63 euros e a Administração Geral com 74.290,09 euros de investimento pago em 2016.

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL - PAM

Código	Classificação Funcional	PAM 2015				
		Previsão		Execução Valor	Execução	
		Inicial	Final		Exec. %	Exec. %
		(a)	(b)	(c)	(c)/(a)	(c)/(b)
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	201.275,80 €	216.456,27 €	133.441,54 €	66,30%	61,65%
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	84.500,00 €	70.003,19 €	69.500,00 €	82,25%	99,28%
2.1.	EDUCAÇÃO	684.064,35 €	885.392,94 €	649.656,81 €	94,97%	73,37%
2.2.	SAÚDE	5.000,00 €	1,00 €	- €	0,00%	0,00%
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	129.211,66 €	82.548,06 €	62.939,36 €	48,71%	76,25%
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	2.078.632,55 €	2.038.052,03 €	1.080.177,07 €	51,97%	53,00%
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	538.600,00 €	730.917,73 €	604.048,67 €	112,15%	82,64%
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	9.000,00 €	20.503,00 €	12.492,96 €	138,81%	60,93%
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	650.000,00 €	906.924,94 €	734.606,10 €	113,02%	81,00%
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	158.654,24 €	153.655,24 €	186.852,42 €	117,77%	121,60%
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	15.000,00 €	15.000,00 €	8.607,30 €	57,38%	57,38%
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	20.000,00 €	25.001,00 €	9.412,80 €	47,06%	37,65%
4.1.	OPERAÇÕES DE DÍVIDA AUTÁRQUICA	1.427.174,83 €	1.838.030,94 €	1.779.646,45 €	124,70%	96,82%
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	582.082,29 €	412.546,13 €	280.583,13 €	48,20%	68,01%
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	2.750,00 €	4.652,00 €	4.092,38 €	148,81%	87,97%
TOTAL GERAL		6.585.945,72 €	7.399.684,47 €	5.616.056,99 €	85,27%	75,90%

No ano 2016 o Município aumentou a execução das atividades mais relevantes em 1.385.299,87 euros comparativamente com o ano 2015. Ou seja, no ano 2016 o valor executado e pago totalizou 5.616.056,99 euros, enquanto no ano 2015 o valor executado foi de 4.230.757,12 euros.

Ao nível das Funções Globais da Autarquia, a que revelou ter mais expressão em 2016 foi a rubrica de “Operações de dívida autárquica” que contabilizou pagamentos no valor de 1.779.646,45 euros que inclui o valor das amortizações de empréstimos de curto e médio e longo prazo, seguindo-se as atividades inerentes às funções sociais, designadamente a



“Habitação, serviços coletivos”, que registou pagamentos no montante de 1.080.177,07 euros, e a educação com 649.656,81 euros. O detalhe é o seguinte:

- ✓ Habitação, serviços coletivos e a educação, que integra o abastecimento de água (499.6449,76 euros), saneamento (194.772,16 euros), resíduos sólidos (147.830,15 euros, proteção do meio ambiente e conservação da natureza), entre outros;
- ✓ Educação – 649.656,81 euros, que integra o ensino não superior (55.059,56 euros) e os serviços auxiliares de ensino (594.597,25 euros).

Nas Funções Económicas, mais concretamente na rubrica “Indústria e Energia”, realizaram-se pagamentos no montante de 734.606.10 euros, que integram os pagamentos com energia da iluminação pública, dos diferentes equipamentos do Município e eletricidade de atividades desenvolvidas nas freguesias, designadamente festas populares.

No classificador “Outras Funções” para além das operações de dívida autárquica aparece refletida as “Transferências entre Administrações” que totalizaram ” 280.583,13 euros, onde se inserem também as transferências efetuadas às Juntas de Freguesia do Concelho, detalhadas pelo quadro seguinte:



TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIAS

EM EUROS

ENTIDADES	TRANSFERÊNCIAS		
	Correntes	Capital	Total
FREGUESIA			
Alvite	23.021,91	0,00	23.021,91
Arcozelos	13.375,95	0,00	13.375,95
Baldos	12.819,60	0,00	12.819,60
Cabaços	19.656,72	0,00	19.656,72
Caria	12.690,08	0,00	12.690,08
Castelo	11.539,20	0,00	11.539,20
Leomil	42.079,33	8.125,00	50.204,33
Moimenta da Beira	14.733,60	0,00	14.733,60
Paço	12.819,60	0,00	12.819,60
Rua	13.071,30	0,00	13.071,30
Sarzedo	9.772,05	0,00	9.772,05
Sever	7.918,74	0,00	7.918,74
Vilar	12.819,60	10.000,00	22.819,60
Paradinha e Nagosa	16.676,70	0,00	16.676,70
Peravelha, Aldeia de Nacomba e Ariz	29.528,85	10.220,19	39.749,04
Peva e Segões	31.404,96	0,00	31.404,96
TOTAL	283.928,19	28.345,19	312.273,38

Município de Moimenta da Beira

O quadro anterior apresenta os valores transferidos durante o ano de 2016 para todas as juntas de freguesia do Concelho, tanto a nível de transferências correntes como de capital, num total de 312.273,38 euros.

ORÇAMENTO GLOBAL DA DESPESA VS EXECUÇÃO GLOBAL

DESCRIÇÃO	2016				
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO FINAL	DESPESA PAGA	PESO ESTRUTURAL (CORRENTE)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO
					%
DESPESAS COM PESSOAL	2.889.532,20 €	2.778.297,05 €	39,07%	25,25%	96,15%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.873.445,45 €	3.228.775,02 €	45,40%	29,34%	66,25%
Aquisição de Bens	1.466.942,19 €	858.843,82 €	12,08%	7,80%	58,55%
Aquisição de Serviços	3.406.503,26 €	2.369.931,20 €	33,33%	21,53%	69,57%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	242.222,19 €	183.123,09 €	2,58%	1,66%	75,60%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.057.068,63 €	905.321,37 €	12,73%	8,23%	85,64%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.100,00 €	15.765,82 €	0,22%	0,14%	82,54%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	9.081.368,47 €	7.111.282,35 €	100,00%	64,62%	78,31%

DESCRIÇÃO	2016				
DESPESAS DE CAPITAL	ORÇAMENTO FINAL	DESPESA PAGA	PESO ESTRUTURAL (CAPITAL)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO
					%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.698.431,88 €	1.948.783,41 €	50,05%	17,71%	72,22%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	348.623,24 €	276.249,43 €	7,09%	2,51%	79,24%
ATIVOS FINANCEIROS	71.127,00 €	71.125,00 €	1,83%	0,65%	100,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	1.597.603,75 €	1.597.602,07 €	41,03%	14,52%	100,00%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	4.715.785,87 €	3.893.759,91 €	100,00%	35,38%	82,57%
TOTAL DA DESPESA	13.797.154,34 €	11.005.042,26 €		100,00%	79,76%

Resumindo, em termos globais, ao analisarmos a execução do orçamento da despesa, constatamos que o mesmo teve uma taxa de execução de 79,76%, desagregando-se em

execução das despesas correntes que foi de 78,31% e a despesa de capital que foi de 82,57%.

Como é compreensível, a despesa do Município acompanha de forma direta o desempenho global da receita arrecadada durante o ano, transitando para o exercício seguinte apenas o montante das disponibilidades de tesouraria e seus equivalentes, que em 2016, atingiram 603.644,12 euros desagregados em execução orçamental 503.410,86 euros e operações de tesouraria 100.233,26 euros. Caso este valor tivesse sido aplicado, a execução do orçamento da despesa teria sido superior, melhorando a sua performance em cerca de 5% e consequentemente o valor do passivo do Município seria também inferior no mesmo montante.

No entanto, estrategicamente o Município optou por reservar o valor em causa para aplicar no ano 2017 na redução dos seus compromissos financeiros que possui com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DA DESPESA NOS ANOS ANTERIORES

	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
DESPESAS												
Correntes	78,31%	91,29%	85,44%	71,34%	59,38%	63,24%	64,12%	82,55%	68,77%	66,78%	76,32%	72,87%
Capital	82,57%	92,48%	78,17%	75,26%	57,30%	44,00%	37,33%	48,18%	53,43%	51,89%	65,16%	48,51%
TOTAL	79,76%	91,87%	82,57%	73,01%	58,42%	53,81%	48,66%	63,00%	60,33%	58,60%	69,66%	58,08%
MÉDIA	81,80%			55,97%			61,67%					

	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
DESPESAS												
Correntes	7.111.282,35 €	6.610.014,92 €	7.219.105,26 €	7.348.487,46 €	6.025.777,55 €	6.113.716,87 €	5.689.838,68 €	8.387.552,27 €	5.527.081,40 €	5.043.222,14 €	4.555.410,47 €	4.327.185,85 €
Capital	3.893.759,91 €	6.253.519,84 €	4.299.970,02 €	5.738.096,00 €	4.928.523,26 €	4.084.171,06 €	4.521.008,38 €	6.458.805,48 €	5.255.113,16 €	4.779.813,74 €	5.743.096,11 €	4.452.059,96 €
TOTAL	11.005.042,26 €	12.863.534,76 €	11.519.075,28 €	13.086.583,46 €	10.954.300,81 €	10.197.887,93 €	10.210.847,06 €	14.846.357,75 €	10.782.194,56 €	9.823.035,88 €	10.298.506,58 €	8.779.245,81 €
MÉDIA	12,118,558,94 €			11,552,348,39 €			9,920,745,71 €					

Através da informação dos quadros anteriores relativamente às percentagens e valores de execução anual dos valores da despesa, é possível também inferir os dados médios em cada



quadriénio. Conclui-se que tem havido uma tendência crescente ao longo dos anos em análise.

Em suma, a realização de despesa pública, pressupõe a aplicação de recursos da Autarquia no pagamento de serviços de ordem pública, ou em investimentos em infraestruturas e equipamentos coletivos, destinados a promover o desenvolvimento económico-social e a coesão territorial, sem esquecer, naturalmente, os custos da estrutura administrativa e comercial necessária à obtenção de receita.

O esforço do Município é constante em tornar cada vez mais assertiva a afetação dos recursos disponíveis aos níveis de despesa considerados indispensáveis.

A diminuição real da execução da despesa de capital é um facto, apesar dos esforços desenvolvidos na reivindicação da aprovação de projetos de investimento, muitos dos quais já aprovados, mas que sofreram atrasos muito significativos relacionados com o arranque do quadro de programação de fundos comunitários, o que lava a que tal esforço apenas tenha reflexos financeiros em anos futuros, apesar da contratualização existente.



V – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Este modelo de contabilidade, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objetivos:

- ✓ Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;
- ✓ Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;
- ✓ Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;
- ✓ Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;
- ✓ Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os custos e os proveitos dos serviços;
- ✓ Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento.

Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:

- ✓ Comparabilidade, entendida com um duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos que devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para

identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adotar a normalização, vista como a adoção por todas as entidades de um sistema de contas e de princípios contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.

- ✓ Fiabilidade, entendida como a qualidade que a informação deve ter, de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, mostrando apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;
- ✓ Relevância, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;

Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.

A análise seguinte, que dá ênfase à situação económico-financeira, sintetiza os resultados alcançados pelo Município de Moimenta da Beira no decurso da sua atividade no ano 2016, e a sua situação patrimonial e financeira nesta última data.

Para melhor compreensão destes indicadores, tal exercício deverá ser efetuado em articulação com as demonstrações financeiras e respetivas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.



Todas as peças constantes no presente documento foram elaboradas nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POICAL, de modo a facultar o conhecimento integral e exato da composição do património, bem como dos direitos e obrigações da autarquia. Nesse sentido, os mapas que se apresentam nas próximas páginas visam, precisamente dar conta de cada uma das demonstrações financeiras e a respetiva incidência, em alguns casos complementada com alguns elementos adicionais, por forma a permitir uma leitura cabal e fiável da realidade económica e financeira da Autarquia à data de encerramento do exercício.

